



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de sociologia

Licenciatura em sociologia

Título:

A reconstrução da identidade social dos reassentados da província e cidade de Maputo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura em sociologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Autora: Arcélia Carlos Ngomane

Supervisor: Prof. Dr. Carlos Cuinhane

Maputo, Setembro 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

Licenciatura em sociologia

Título:

A Reconstrução da identidade social dos reassentados da província e cidade de Maputo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de

Licenciatura em sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Arcélia Carlos Ngomane

Supervisor: Prof. Dr. Carlos Cuinhane

Trabalho de Fim de Curso

UNIVESIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS

Departamento de Sociologia

Licenciatura em sociologia

Título:

A Reconstrução da Identidade Social dos Reassentados da Província e Cidade De Maputo

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Arcélia Carlos Ngomane

O Júri

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

Maputo, aos ____ de _____ 2025

Declaração de Honra

Eu, Arcélia Carlos Ngomane, declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso de Licenciatura em Sociologia com, no departamento de letras e ciências sociais cujo tema é “ A reconstrução da identidade social dos reassentados da província e cidade de Maputo”, nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico, ou outro fim, tendo sido resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

(Arcélia Carlos Ngomane)

Dedicatória

Dedico esta monografia à minha mãe Anabela Feliciano Dove e ao meu pai Carlos Alberto Ngomane, em especial e a minha família em geral, que puderam transmitir para mim ensinamentos necessários que culminaram com a minha decisão de enveredar pela formação académica. Amo-vos

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à Deus pelo dom da vida por ele me ter capacitado a realizar um grande sonho, o de me formar. Agradeço igualmente á Deus por ser sua escolhida, pois a minha fé me faz crer que, se estou nessa posição é porque Deus assim o quis.

Agradeço aos meus pais os senhores Carlos Ngomane e Anabela Dove, que deram-me a oportunidade de estudar, por me terem dado todo o suporte que precisei. Meu especial agradecimento é dedicado á minha mãe a senhora Anabela Dove pelo apoio moral e financeiro que me deu para tornar possível alcançar o grau de licenciatura no meu currículo académico.

O meu muito obrigado é dedicado ao meu supervisor o Prof. Dr. Carlos Cuinhane pela orientação, pela sua grande paciência em ajudar-me para a concretização do presente trabalho.

Um especial agradecimento é dedicado ao meu Esposo o senhor Edno Mula pelo apoio moral, pela paciência de aturar meus arranques e desarranques sempre que enfrentasse dificuldades ligadas a informática na realização deste trabalho de conclusão do curso.

A minha amiga Teresa Salomão por me apoiar na realização do trabalho de campo, tornamo-nos uma dupla imbatível de pesquisadoras.

Por fim, a todos os reassentados que vivem em Mahubo 14, Tenga e Chamissava e aos responsáveis pelas politicas de reassentamento que dedicaram parte do seu tempo para partilhar experiencias, prestar depoimento o meu, KHANIMAMBO.

Resumo

Esta pesquisa procura analisar como as populações outrora viventes na Malanga, atualmente residentes em Tenga no distrito de Moamba, Mahubo 14 em Boane e Chamissava em Katembe reconstróem a sua identidade social. Parte-se do argumento segundo o qual o reassentamento populacional não se trata apenas da movimentação das pessoas de um lugar para outro, mas também da transferência de valores, crenças, hábitos e costumes, e até os sentimentos homogéneos que constituem uma identidade social dos indivíduos. O objectivo é compreender a reconstrução da identidade social das populações reassentadas nos distritos de Moamba, Boane e Ka-Tembe, da província e cidade de Maputo. Em termos metodológicos recorreu-se ao método qualitativo que consistiu na administração de 35 entrevistas semi-estruturada dos quais 30 homens e mulheres chefes de agregados familiares, 3 membros do conselho administrativo dos Bairros e 2 responsáveis pelas políticas de reassentamento. Foi usada a teoria do Estigma de Erving Goffman que orientou o trabalho. Os resultados da pesquisa revelaram que os reassentados são actores sociais que carregam identidade social dos locais onde viveram a maior parte das suas vidas antes de serem reassentados e agem em conformidade com os valores da sua origem. Porém, nos locais de reassentamento, estes actores sociais agem em função das regras de decoro social local para prevenir a estigmatização, e por forma a satisfazer as expectativas sociais que neles foram depositadas. Concluiu-se que a condição de indivíduos estigmatizados criou uma necessidade das populações reassentadas adotarem os mecanismos de manipulação e gestão da sua identidade.

Palavras-chave: Reassentamento, identidade social, reconstrução da identidade social

ABSTRACT

This research aims to analyze how the populations that once live in Malanga, currently living in Tenga in the district of Moamba, Mahubo 14 in Boane and Chamissava in Katembe reconstructed their social identity. Its starts from the argument that population resettlement is not only about the movement of people from one place to another, but also about the transfer of values, beliefs, habits and customs, even the homogeneous feelings that constitute an individual's social identity. The objective is to understand the reconstruction of the social identity of the population resettled in districts of Moamba, Boane and katembe in the province and city of Maputo. In terms of methodology, a qualitative method was used which consisted of administering 35 sem-structured interviews, of which 30 were men and women who were heads of households, 3 were members of administrative council of the neighborhoods and 2 were responsible for resettlement polices. Erving Goffman's theory was used to guide the work. The results of the research revealed that the resettled people are social actors who carry the social identity of the places where they lived most pf their lives before being resettled and act in accordance with values of their origin. However, in the resettlement places, these social actors act according to the rules of local social decorum to prevent stigmatization and to satisfy the social expectations placed on them. It was concluded that the condition of stigmatized individuals created a need for the resettled populations to adopt mechanisms for manipulating and managing their identity.

Keywords: Resettlement, reconstruction of social identity

Lista de abreviaturas e Acrónimos

BM- Banco Mundial

BR- Boletim da República

BID- Banco Internacional de Desenvolvimento

FLCS- Faculdade de Letras e Ciências Sociais

INE- Estatuto Nacional de Estatísticas

OP- Política operacional

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

Índice

Introdução	12
CAPÍTULO. 1. Revisão de literatura.....	15
1.2. Abordagens sobre o reassentamento	15
1.2.1. Perspectiva sobre a relação entre reassentamento e identidade social	15
1.2.2 Perspectiva do deslocamento de desenvolvimento.....	18
1.2.3. Perspectiva sociocultural	21
1.2.4. Perspectiva socioeconómica	23
1.3. Problema de pesquisa	25
1.4. Hipótese.....	26
1.5. Objectivo geral	26
1.6. Objectivos Específicos	26
CAPÍTULO 2: Enquadramento teórico e conceptual	26
2.1. Quadro Teórico	27
2.2. Definição e Operacionalização dos conceitos	29
CAPÍTULO 3: Metodologia	32
3.1. Descrição e caracterização dos locais de estudo	32
3.2. Método de abordagem.....	34
3.3. Procedimentos do estudo.....	35
3.4. População ou Universo.....	35
3.5. Amostra do estudo.....	35
3.6. Amostragem	36
3.7. Técnica de recolha de dados.....	36
3.8. Técnicas de análise de dados.....	37
3.9. Questões éticas	37
3.10. Constrangimentos da pesquisa	38

CAPÍTULO 4. Análise, discussão e interpretação de dados	39
4.1. Perfil sociodemográfico do grupo-alvo.....	39
4.2 Características socioeconómicas das zonas de reassentamento	40
4.2.2.Tipos de Habitação	40
4.2.1.Religião.....	42
4.2.3.Acesso a água potável e energia elétrica	42
4.2.4. Tipos de Vestuário.....	43
4.2.6. Meio de subsistência.....	46
4.2.8. Nível de criminalidade.....	48
4.2.9. Lazer	50
4.3.1. Práticas culturais no local de habitação anterior (Malanga).....	51
4.3.2. Práticas culturais, normas e crenças nos locais de reassentamento	51
4.4. Análise da (re) construção das identidades dos reassentados	53
4.4.1. Identidade social imposta	53
4.4.2. Aceitação da identidade social local.....	54
4.4.3. Rejeição da identidade social local	55
4.5 “Somos chamados de “Xingondos do Maputo-sul”. Análise da identidade deteriorada	57
4.6. Manipulação da identidade social dos reassentados nas zonas de reassentamento.....	59
Considerações finais	63
Referências Bibliográficas	65
Anexos	68
Guião da entrevista para os Reassentados	69
Guião para líderes comunitários	72
Guião para os responsáveis do reassentamento	73

Introdução

O reassentamento forçado afeta a vida socioeconómica das pessoas e das comunidades, levando à mudança, que muitas vezes consiste na interrupção do seu quotidiano, perda de espaço e potencial quebra das redes de ligação. Na Perspectiva do Banco Mundial, reassentamento abrange todas as perdas sociais e económicas resultantes da perda ou restrição ao uso de terra, juntamente com as consequentes medidas de compensação e mitigação, incluindo soluções que permitam a reestruturação destas populações em termos sociais e económicos (BM,2004).

O fenómeno começou a ser uma grande preocupação nas últimas décadas do século XXI, nomeadamente em projectos financiados pelos doadores internacionais, para minimizar o impacto de mudança social das populações (BM, 2004). Neste contexto, em 1980 o Banco Mundial (BM) introduziu, pela primeira vez, a política sobre os reassentamentos mais tarde foi revista em 1990. Esta política visava essencialmente, assegurar e reduzir o sofrimento das populações abrangidas pelos projectos de grandes barragens, que consistia em graves problemas ambientais, sociais, económicos, empobrecimento, perda de bens produtivos, perda de fontes de renda, grupos de parentesco dispersos, autoridade tradicional reduzida, identidade cultural, estruturas comunitárias e redes enfraquecidas (BM, 1990).

Em Moçambique, o processo de reassentamentos foi permeado ao abrigo do disposto no Artigo 30, Lei nº 19/2007 (2008), que aprova a Lei de Ordenamento do Território com o Decreto nº 31/2012 que aprova o regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas (BR, 2012). A regulação do reassentamento emerge da crescente demanda de espaços físicos para a implementação de empreendimentos económicos relacionados a exploração dos recursos naturais no país, os reassentados devem ser garantidas condições de vida iguais ou superiores às que possuem na área em que vivem, através de uma justa compensação, acompanhada de medidas que promovem meios de vida, num processo consultivo onde participem, para além dos representantes das pessoas contempladas, o administrador da área de conservação em causa e os órgãos locais do Estado (BR,2012).

Foi neste contexto em que foram implementados o reassentamento reassentamentos das populações da cidade de Maputo, no âmbito da reabilitação da Avenida Julius Nyerere, em 2012, o reassentamento na vila de Moatize, na província de Tete, em 2012, o reassentamento no âmbito

da construção da ponte Maputo-Katembe, em 2016 e reassentamento em Palma, na província de Cabo Delgado, no âmbito da exploração do gás natural em 2017. Entretanto, apesar da existência da regulação, persistem práticas de reassentamentos sem observância das questões identitárias em Moçambicana, facto preocupante, pois as populações reassentadas constituem um grupo social que possui uma identidade social ligada à transferência de valores resultantes do processo de socialização de indivíduos que dividem o mesmo espaço social e físico.

Neste sentido, torna-se relevante analisar o processo da reconstrução da identidade social dos indivíduos reassentados, pois a terra onde as pessoas vivem não é apenas um espaço físico mas, também, social, um lugar de interacção através de símbolos sociais partilhados entre os membros e habitantes desse espaço que resultam da transferência de valores, crenças, hábitos e costumes, e até os sentimentos homogéneos que constituem uma identidade social. Este estudo tem como destaque as populações reassentadas na província e cidade de Maputo, que outrora moravam na cidade onde o *modus vivendi* é completamente diferente, seja em termos práticos, de crenças culturais e até identitários.

Esta pesquisa analisa o processo de reconstrução da identidade social entre as populações outrora residentes na Malanga e actualmente reassentadas na província e cidade de Maputo. O estudo desponha do propósito de compreender as repercussões do processo de reassentamento a partir das populações afectadas no aspecto inerente a reconstrução dos seus hábitos, costumes, crenças e valores que partilhavam nos anteriores locais de habitação e como fazem a reconciliação com os novos hábitos e costumes nas zonas onde residem actualmente. O estudo visa especificamente descrever as práticas usadas por estas populações para a reconstrução da sua identidade social nos espaços reassentados e os mecanismos que os reassentados usam para reconciliar os seus valores e costumes nos novos espaços sociais.

Para melhor compreensão do objecto em análise, o estudo utilizou o método qualitativo e entrevistou homens e mulheres, chefes de agregados familiares, que foram retirados do bairro da Malanga, e actualmente vivem nos bairros de Tenga, distrito da Moamba; Mahubo 14, distrito de Boane; e bairro Chamissava, em Katembe. Outrossim, o estudo contou com a participação dos membros do conselho administrativo do bairro (distrito municipal e círculo) de onde a população foi tirada e responsáveis pelas políticas públicas do reassentamento. O estudo baseou-se na teoria do Estigma de Erving Goffman (1988), que orientou o desenho, análise e interpretação de dados.

O trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro é apresentada a revisão da literatura que, por sua vez, descreve as diversas abordagens em torno do processo de reassentamento e faz a formulação da problemática do fenómeno em estudo. No segundo capítulo apresenta-se, o enquadramento teórico e conceptual que permitiram apreender o fenómeno em estudo; o terceiro capítulo descreve os métodos e as técnicas usadas no estudo. No quarto capítulo são apresentados, interpretados e discutidos os resultados da pesquisa, e finalmente apresenta-se as considerações finais, a bibliografia e anexos de documentos que suportam a pesquisa.

CAPÍTULO. 1. Revisão de literatura

Neste capítulo apresenta-se diferentes estudos que abordam sobre o processo de reassentamento. Além disso, apresenta-se o problema que orientou a monografia, as hipóteses do trabalho levantadas bem como, os objetivos e a justificativa da pesquisa. Foram usados manuais de apoio, análise e discussão de obras e artigos científicos dedicados a compreensão, explicação e análise do fenómeno que discutimos. A revisão da literatura permitiu perceber os pontos discutidos e sobretudo a maneira pela qual os diversos autores abordam o processo de reassentamento.

1.2. Abordagens sobre o reassentamento

A revisão de literatura consistiu na leitura de vários estudos que abordam o processo de reassentamento, a compreensão dessas abordagens foi dividida em quatro perspectivas. A primeira perspectiva advoga a relação entre reassentamento e identidade social (Raymond Williams, 1989; Noce, 2008; Dubar, 2005; Aruda, 2013; Cernea, 2003; Pinto *et al* 2004; Silva e Cury, 2015; Colson, 1994; Cernea, 1999; Freitas, 2002), a segunda perspectiva de deslocamento de desenvolvimento é advogada por (Sousa e Andrade, 2016; Cornrea, 1993; Cernea, 1989; Matos e Medeiros, 2015; Batista, 2012; Smith e Sherbinin, 2014 e McDonald, 2008). A terceira perspectiva é a sociocultural, discutida pelos seguintes autores: (Paqlielo, 1998; Freitas *et al* 2013; Freitas *et al* 2012 e Suarèz *et al* 2010). A quarta perspectiva é economicista abordada por (Banco Mundial, 2004; Lilywhite, 2015; e Machel, 2013).

1.2.1. Perspectiva sobre a relação entre reassentamento e identidade social

A análise da relação entre reassentamento e identidade social está permeada pela reflexão sobre a relação entre campo e cidade. Na perspectiva de Raymond Williams (1989), a relação campo-cidade necessita de ser pensada, de maneira a problematizar as relações dicotómicas. Para este autor, o campo e a cidade são marcados pela ambiguidade de dois ambientes. A princípio, tão díspares e antagónicos mas, igualmente, complementares e testemunhos do mesmo processo histórico. No entanto, não se pode falar de cidade sem se falar do campo e vice-versa, do mesmo modo, não se pode falar de reassentamento sem se tocar nos aspectos inerentes à identidade social.

Com a perspectiva dicotómica na relação campo-cidade proposta por Williams (1989), fazemos uma analogia da relação entre reassentamento e identidade social, pelo que, partindo desse pressuposto, não é difícil concluir que o deslocamento de uma comunidade, ou parte dela, para outras áreas, pode significar um verdadeiro desastre na vida destas populações, ao dismantelar totalmente as redes sociais das quais fazem parte (Noce, 2008); e, por outro lado, a identidade social dos indivíduos evolui e varia à medida que os contextos individuais com os quais interagem também mudam (Dubar, 2005).

Esta dicotomia trouxe expansão à abordagem da relação entre reassentamento e identidade social em dois polos, por um lado o reassentamento e a perda de identidade social e, por outro, o reassentamento e a reconstrução da identidade social.

A abordagem da relação entre o reassentamento e perda de identidade social é defendida por Aruda (2013), numa perspectiva que procura explorar o reassentado a partir de populações outrora residentes na favela e refere que a favela é um exemplo da sociabilidade e esta possui identidade e sociabilidade próprias.

Para Burgos (2006) *apud* Aruda (2013), um aglomerado torna-se favela a medida em que desenvolve um microssistema sociocultural próprio, marcado pelo estabelecimento de uma identidade territorial apoiada em instituições locais que são construídas pelos seus membros. Na óptica de Aruda (2013), neste espaço vivido, surgem elementos e significados de pertença que são referências identitárias, agindo sob uma perspectiva colectiva, tais como os líderes locais, associações mediadoras de demandas colectivas, comércio e ordem jurídica locais, elementos essenciais à integração social. Além disso, a favela é constituída por uma rede de símbolos e significados que formam a identidade dos seus moradores que, por consequência, possuem as representações deste espaço vivido.

Nesta perspectiva, a identidade social está ligada ao reassentamento, pois, segundo o mesmo autor, que traz a sua abordagem partindo dos reassentamentos de populações outrora residentes nas favelas, a existência da identidade social que as populações foram construindo enquanto um grupo social ligado pelo facto de ser proveniente de uma favela onde laços identitários foram construídos e o reassentamento destas populações traz, consequentemente, a perda dos laços identitários. Essa abordagem não se enquadra na realidade de Moçambique, por se tratar de um

estudo feito com populações residentes nas favelas, pese embora traga aspectos identitários que são a súmula da nossa análise.

Assim, Cernea (2003) defende que o reassentamento é de carácter involuntário e apresenta-se como um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza. As perdas de renda dos reassentados não incluem apenas capital físico natural ou construído, mas, também, capital humano e social, na forma principalmente de organização social. A perda de renda não se resume à renda em dinheiro, mas, igualmente, aos benefícios em forma de capital cultural, identidade, *status*, à renda social.

No que tange à relação entre reassentamento e reconstrução da identidade social, encontramos autores como Pinto *et al* (2004) que evocam a relação entre a ocupação da terra e identidade social, num estudo de conflito e violência, em Brasil, apresenta-se com múltiplas faces dentro das relações culturais de modernidade, tendo o poder da propriedade da terra como pressuposto básico que mantém as identidades sociais do campo.

Estes autores defendem que a identidade dos actores sociais se constrói numa identificação com os grupos ou movimentos sociais, em que as sociedades disputam e lutam pelos socioculturais e políticos de poder (Pinto *et al* 2004). Uma atitude que é, sobretudo, prática. Este dá-se num processo de participação dos actores sociais. Nesse sentido, o conjuntural de uma situação social e política joga um papel importante na identificação e configuração da identidade social. Os movimentos sociais, no mesmo momento, produzem fatos sociopolíticos relevantes, produzem novos significados e definições de si e dos outros actores sociais, novas identidades sociais, em que se descobrem como autores sociais activos, criadores de uma nova subjectividade (Pinto *et al*, 2004).

A perspectiva de Pinto *et al* (2004) e Silva e Cury (2015) discute a relação entre identidade social e reassentamento sob o ponto de vista de luta que os camponeses de vários estados de Brasil travaram, alguns resistindo aos assentamentos e outros aos seus assentamentos. Para estes autores, a identidade social se forma no transcender da luta, alguns adquirem essa identidade com maior velocidade, outros, não; isto demonstra que as acções realizadas no interior do assentamento são de fundamental importância para a construção dessa nova identidade.

Na perspectiva de Freitas (2002) *apud* Silva e Cury (2015), o assentamento é o espaço-tempo de conflitos e reconstruções e, nele, as famílias vivem uma nova fase, resgatando e reconstruindo formas de sociabilidade, em um movimento de permanência e construção de experiência e do modo de vida. Para Silva e Cury (2015), trata-se do momento em que se deverá produzir e encontrar alternativas de permanência na terra, em novo espaço conflituoso, onde as relações de poder são reforçadas diante da necessidade de legitimação de diversos projectos que orientam as acções e a vida quotidiana.

Nesse sentido, o assentamento torna-se numa unidade territorial onde ocorre uma reorganização das relações sociais e identitária. Unidade social local de identidade e de pertença, a partir de experiências comuns. Seu processo é bastante complexo e a atenção na construção de caminhos metodológicos e analíticos são fundamentais para a sua compreensão, ao qual tem justificado a se pensar sobre a construção dessa identidade social, pautada a partir dos assentamentos (Cury, 2015). Assim, a identidade está relacionada com a luta pela terra, que se destaca como local em disputa, compreender essa luta é espelhar como o espaço é vivido, o espaço se torna o território social, sendo vital para produzir as suas relações sociais e culturais, onde a identidade social está em curso e, por conseguinte, o reassentamento pode configurar-se num dilúvio no seio das identidades sociais, nas populações reassentadas.

1.2.2 Perspectiva do deslocamento de desenvolvimento

A perspectiva de deslocamento de desenvolvimento discute o reassentamento populacional que está no encalço do desenvolvimento, isso pressupõe que as populações sejam retiradas dos seus habituais locais de habitação e sejam levadas para outros locais que não oferecem condições de vida aceitáveis no que concerne ao acesso à água potável, energia eléctrica, vias de acesso, hospitais, postos de trabalho e, em alguns casos, o acesso a centros urbanos e, havendo, é restrito (Sousa e Andrade, 2016; Cornrea, 1993; Cernea, 1989; Matos e Medeiros, 2015; Batista, 2012; Smith e Sherbinin, 2014 e McDonald, 2008).

Sousa e Andrade (2016) defendem que a perspectiva deslocamento do desenvolvimento traz implicações às populações reassentadas, visto que são retiradas de lugares com melhores condições de vida, com garantia de vias de acesso, água potável, pontes, escolas, hospitais etc., e são levadas para novos espaços, com condições de habitação pouco apropriadas.

Na óptica do deslocamento de desenvolvimento, Sousa e Andrade (2016) desenvolvem um estudo em Moçambique, na província de Tete, concretamente na vila de Moatize, onde demonstram que uma companhia brasileira denominada VALE do Rio Doce foi uma das maiores beneficiárias das iniciativas de atração de investimento do Governo moçambicano. Em 2004, a VALE obteve uma concessão de 25.000 hectares para a exploração do carvão em 35 anos, em Moatize. Para dar início às operações, a VALE pôs em marcha, em 2009, um programa de reassentamentos familiares nas cidades/aldeias de Chipanga, Bagamoio, Mithete, Malabwe, nas proximidades de Moatize, para os reassentamentos de Cateme e 25 de Setembro. As populações deslocadas foram divididas em dois grupos, de acordo com a actividade económica desenvolvida: por um lado famílias rurais, compostas por camponeses, pastores e desempregados foram reassentados em Cateme a 40km da vila e, por outro lado, famílias semiurbanas compostas, principalmente, por comerciantes, carpinteiros, mecânicos, entre outros, foram deslocadas para os assentamentos de 25 de setembro, nos arredores de Moatize (Sousa e Andrade, 2016).

Para consubstanciar essa perspectiva, Sousa e Andrade (2016) referem que a falta de monitoria do Governo, junto dos líderes comunitários, fez com que as casas entregues às famílias transferidas para o reassentamento em Cateme não se assemelhassem ao projecto de casa-modelo apresentado pela VALE ao Governo e líderes comunitários. As casas foram construídas sem fundação, vigas ou pilares e, em Abril de 2010, quando finalizado o processo de reassentamento, já apresentavam rachaduras nas paredes e infiltração no tecto, isto é, as populações deslocadas foram assentadas em locais com habitações precárias, sem condições mínimas de segurança. Os autores salientam que a questão dos reassentados forçados se torna ainda mais complicada porque o Estado, que provoca o deslocamento é, também, responsável pela população afectada.

Os deslocados de desenvolvimento são obrigados pelo seu estado a deslocar-se em nome do interesse nacional e a pagar preço do bem-comum, a ser usufruído pelos demais (Sousa e Andrade, 2016).

De facto, a ideia de deslocamento de desenvolvimento das populações reassentadas está evidente neste estudo, pois as populações semiurbanas foram levadas para locais onde as famílias se queixavam da infertilidade dos solos, falta de água, da distância para o acesso a centros urbanos,

podendo afectar a sua auto-subsistência e às populações urbanas prometeu-se a criação de postos de trabalho na VALE, o que não veio a concretizar-se.

A abordagem de Cornea (1993) converge com a perspectiva do deslocamento de desenvolvimento discutida por Sousa e Andrade (2016) e mostra que o grande problema de reassentamento é de estar associado à perda de meios de subsistência e ao empobrecimento, o que contrapõe as metas de desenvolvimento e combate à pobreza dos países em desenvolvimento. Neste prisma, para este autor, quando se remove pessoas à força, desmantelam-se os sistemas da produção, perdem-se empregos, muitas terras produtivas e outros bens geradores de renda.

+Ainda na óptica de Cornea (1993), o deslocamento de desenvolvimento é particularmente grave para um determinado grupo social, porque muitos dos afectados já são extremamente pobres e vivem em áreas carentes, onde a infra-estrutura deixa a desejar e os serviços sociais não oferecem oportunidades de criação de condições para auto-subsistência e são realocados em espaços pouco apropriados para a habitação, sem garantia de segurança nem fonte de renda.

Na mesma óptica, para Cernea (1989) *apud* Castro (2016), os reassentamentos involuntários impõem uma mudança total de vida, pois, segundo Wet (2005), a maioria dos casos não cabe à população o direito de decidir onde ficar. Dentre os problemas relacionados com os reassentamentos involuntários, encontram-se: os riscos de perda das actividades de subsistência e o empobrecimento (Matos & Medeiros, 2015).

O deslocamento involuntário motivado por projectos de desenvolvimento levanta questões éticas profundas, frequentemente negligenciadas nos discursos oficiais que o justificam como necessário ou inevitável para o progresso. Ainda que autores como Cernea (1989) tenham contribuído para visibilidade dos riscos sociais envolvidos, o modelo dominante continua enraizado em uma logica instrumentalista do desenvolvimento, que prioriza os resultados económicos em detrimento dos direitos humanos e da justiça social.

Sousa e Andrade (2016) e Cornea (1993) mostram que as populações são retiradas à força, sem direito à participação nos espaços formais e informais de tomada de decisões.

McDonald *et al* (2008) referem que resultados positivos podem ser alcançados se os reassentamentos involuntários conseguirem representar a possibilidade de que as populações terão acesso às políticas públicas.

Estes estudos previamente citados, Sousa e Andrade (2016) e Cornea (1993), remetem-nos à ideia de que os impactos dos reassentamentos na perspectiva do deslocamento de desenvolvimento são especialmente graves nos países em vias de desenvolvimento e em áreas onde as pessoas deslocadas não têm voz e ficam a mercê dos desígnios dos donos dos projectos, muitas vezes mais preocupados com a contenção dos custos das externalidades do projecto do que com a mitigação e compensação dos impactos causados pelo mesmo, como a possível perda das identidades sociais.

1.2.3. Perspectiva sociocultural

A perspectiva sociocultural faz análise do processo de reassentamento populacional; subordinada a questões culturais, mostra a relação existente entre a cultura e o reassentamento populacional. Paqlielo (1998), Freitas *et al* (2013), Freitas *et al* (2012) e Suarèz *et al* (2010) mostram que as populações têm ligações culturais com os espaços onde habitam e o reassentamento traz implicações nas populações deslocadas.

De acordo com Paqlielo (1998), o acesso à terra é garantido pela via hereditária, isso quer dizer que alguém tem direito virtual de dono sobre a terra, não simplesmente porque é um indivíduo, mas, porque, enquanto filho, é herdeiro, na definição escrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário de filiação. Portanto, o acesso à terra está intrinsecamente ligado às identidades sociais das populações, associado ao sentimento de pertença ao espaço físico onde as populações habitam, envolve uma ligação histórica pela qual a terra atravessou, a ligação com os parentes que outrora moraram naquele espaço, as redes comunitárias, fonte de renda (Paqlielo, 1998).

Partindo desse princípio, entende-se que a terra e o parentesco constituem uma identidade cultural, porque os indivíduos se encontram estruturalmente localizados a partir da sua pertença a grupos familiares que partilham a mesma história, mesmos costumes e hábitos, crenças que lhes tornam homogêneos e diferentes doutros grupos sociais. Nessa ordem de ideias, o acesso à terra

está ligado à hereditariedade, uma prática cultural que faz com que os indivíduos desenvolvam um sentimento de pertença da terra.

Na perspectiva de Freitas *et al* (2013), a identidade cultural de um povo, com todas as suas peculiaridades, é constituída através da interpretação de um mundo que é marcado por signos e símbolos, que estão situados em um determinado lugar e que são fruto da acumulação de uma experiência histórica. Este pensamento converge com a perspectiva de Paqlielo (1998), quando liga a terra com os que moram no mesmo lugar e os que outrora moraram, por meio a um sentimento de pertença. Os mesmos autores defendem que as festas, as músicas, as celebrações religiosas, as comidas, as danças e outras manifestações culturais, são os elementos que dão sentido à existência dessa sociedade como grupo. Por isso, quando tratamos das construções de grandes barragens, a inundação e o deslocamento forçado de uma determinada população podem significar perdas irreparáveis do ponto de vista sociocultural, além de carregar consigo processos sociais marcados por processos de desterritorialização e pela reterritorialização dos antigos.

Isso pressupõe que, quando as populações forem deslocadas do seu local de habitação e levados para um outro local, pode verificar-se para além da perda de fontes de renda, meio de subsistência, acesso aos centros urbanos, o que pode incorrer à perda da identidade cultural, que é o conjunto de signos e símbolos que dão sentido à existência da sociedade, como um grupo e quando essas populações são deslocadas, pode trazer, conseqüentemente, perdas sob o ponto de vista sociocultural (Freitas *et al*, 2013).

Para subsidiarem essa perspectiva, Freitas *et al* (2012) revela que, no Brasil, a mudança da localização dos reassentados para uma nova área, diferente daquela em que viviam, causaria um impacto grande no seu comportamento.

No entanto, a mudança de um espaço físico gera uma nova postura na acção do homem, o que exige uma nova forma de intervenção, a fim de que as suas necessidades sejam supridas. Uma das práticas essenciais aos seres humanos, seja em qualquer lugar em que o homem ocupe, são aquelas ligadas às suas crenças (Freitas *et al*, 2012).

Estudos no Brasil, Freitas *et al* (2012), demonstrara que o grau de felicidade dos reassentados era elevado depois de restaurar e preservar as práticas religiosas que existiam em seus locais de origem e que faziam parte de seus quotidianos, principalmente em relação às tradicionais festas

dos santos da igreja católica, respeitando as especificidades de cada comunidade reassentada. Neste sentido, as populações demonstraram satisfação quando viram as suas crenças preservadas nos seus novos espaços de habitação.

Suaréz *et al* (2010) mostrou que o grau de felicidade das populações deslocadas cresce quando sentem que as suas crenças serão respeitadas e preservadas. Portanto, Suaréz *et al* (2010) defendem a perspectiva sociocultural do reassentamento, sustenta a ideia de preservação da cultura das populações deslocadas. Segundo os autores, a maneira como a moradia é construída, os materiais utilizados e as políticas em que se baseiam, deve-se possibilitar a expressão adequada da identidade cultural e da diversidade de habitação. As actividades relacionadas com o desenvolvimento ou modernização na esfera da moradia devem ser asseguradas, entre outras coisas, acesso a serviços modernos.

A perspectiva sociocultural discutida por Paqlielo (1998), Freitas *et al* (2013), Freitas *et al* (2012) e Suaréz (2010) enfatiza a preservação dos artefactos culturais das populações deslocadas nos seus novos espaços habitacionais, de modo a preservar a cultura das populações, pois isso pressupõe que as populações sejam dotadas de identidades culturais que sejam respeitadas, porque fazem parte do seu quotidiano e actuam de forma directa no seu comportamento, na interacção com os outros.

1.2.4. Perspectiva socioeconómica

Nesta perspectiva, discutem-se as condições de vida das populações reassentadas nos seus novos espaços habitacionais, sob o ponto de vista económico. Analisa-se a acessibilidade ou não do desenvolvimento das actividades económicas nos novos espaços habitacionais.

O desenvolvimento económico a que temos assistido nas últimas décadas está assente numa óptica de construção de novas infra-estruturas que possam fazer face às necessidades crescentes de uma população cada vez maior. O desenvolvimento de infra-estruturas necessita, muitas vezes, do terreno ou bens que são propriedades de particulares (BM, 2004). Isto pressupõe que o desenvolvimento, em particular o desenvolvimento económico, esteja associado à ocupação de espaços físicos e habitacionais que, por seu turno, provocam o deslocamento das populações dos seus espaços habitacionais para novos espaços.

Nessa senda, a aquisição destes bens privados pode afectar, em termos socioeconómicos, a vida das pessoas a quem as propriedades são requeridas, assim como as comunidades em que vivem. Os impactos podem incluir realocização física, interrupção do seu quotidiano e uma potencial desestruturação das comunidades (BM, 2004).

Na óptica de Lilywhite *et al* (2015), o reassentamento das populações em Tete levou à perda das machambas e outras actividades complementares dos seus rendimentos. Essas actividades incluíram a fabricação de tijolos, corte de lenha, produção de bens caseiros (p.e vassouras e escovas), a pesca, fabricação de carvão, colectando e vendendo pedras e escavando areia do leito do rio para a venda. Alguns jovens tinham sido empregues na construção de outros trabalhos em Moatize. Da mesma forma, as mulheres eram capazes de vender vegetais e outros produtos no mercado à beira da estrada. Em Mualadzi, as oportunidades económicas de pequena escala têm sido quase totalmente perdidas, não há praticamente nenhuma economia local.

Na óptica de Machel (2013), no que tange ao reassentamento associado a objectivos económicos, pode-se concluir que se tornou num subproduto de desenvolvimento em grande escala, incluindo barragens, fábricas e parques nacionais. Acrescenta que se têm usado os objectivos económicos para promover estratégias de longo prazo, com vista a alterar a relação entre a população e a terra. Isto pode ser justificado como um meio de aliviar a pressão populacional e resolver os problemas de escassez de terra, ou pode ser uma forma de abertura de novas terras.

Essa perspectiva economicista do reassentamento populacional demonstra que a análise do reassentamento é subordinada aos aspectos económicos, o que abrange todas as actividades desenvolvidas pelas populações abrangidas nos antigos espaços habitacionais que foram perdidos com o deslocamento, não havendo possibilidade de desenvolver-se essas actividades nos novos espaços.

A maior preocupação dos autores é preservar uma garantia ao meio de subsistência das populações nos novos espaços habitacionais. Porém, o nosso estudo propõe analisar o reassentamento populacional com enfoque para questões identitárias das populações e perceber como estas manipulam as suas identidades em interacção com os outros e como conciliam as suas identidades sociais no novo espaço, interagindo com indivíduos que apresentam identidades sociais diferentes.

1.3. Problema de pesquisa

Em 1980, o Banco Mundial introduzia, pela primeira vez, a política sobre os reassentamentos (BM, 2004). O surgimento desta política visava, essencialmente, assegurar e reduzir o sofrimento das populações abrangidas pelos projectos de grandes barragens, que consistia em graves problemas ambientais, sociais, económicos, empobrecimento, perda de bens produtivos, perda de fontes de renda, grupos de parentesco dispersos, a autoridade tradicional reduzida, identidade cultural, estruturas comunitárias e redes enfraquecidas.

Em Moçambique, o reassentamento passou a ser objecto de debate com a aprovação da lei nº.19/2007, de Julho, de modo a regular a ocupação dos espaços físicos para a implementação de empreendimentos económicos, que impliquem o reassentamento da população em outras áreas e evita a ocupação desordenada do espaço (BR, 2012).

No contexto das políticas públicas moçambicanas, reassentamento é concebido como um processo de deslocamento de grupos populacionais, visando minimizar efeitos negativos da realocação, garantindo uma nova base produtiva e melhores condições de vida, pelo menos semelhantes as actuais quanto à(s): habitação, organização social, condições ambientais e organização (BR, 2012:LE, 2005).

O deslocamento de grupos populacionais pressupõe que as pessoas transferidas deixem os seus espaços sociais, contudo, não se trata apenas de deixar a terra, mas um espaço social com representações simbólicas, costumes, crenças e identidades que resultam da interacção de uns para com os outros, que se resume na dinâmica entre o modo como os indivíduos se percebem e o modo como os outros os percebem. Contudo, a terra não é apenas um espaço físico, mas, também, um espaço social e cultural imbuído de significados simbólicos, hierarquias e heranças culturais. Na perspectiva de Paqlielo (1998), a terra representa um elemento fundamental de parentesco e identidade colectiva.

Partindo deste princípio, entende-se que a terra e o parentesco constituem uma identidade social, porque os indivíduos se encontram estruturalmente localizados a partir da sua pertença a grupos familiares que partilham da mesma história, mesmos costumes e hábitos, crenças que lhes tornam homogéneos e diferentes doutros. Neste sentido, até que ponto o reassentamento das populações Moçambicanas toma em consideração as questões identitárias dos reassentados?

Como os actores sociais reassentados se integram nos novos espaços sociais e culturais? Quais as representações sobre os novos espaços sociais e como os actores que vivem nos espaços de reassentamento classificam os reassentados? Quais os recursos que os actores reassentados usam para superar os significados sociais e culturais em que viviam? Que recursos usam para reconstruir a sua identidade? Mediante estas inquietações, surge-nos a seguinte pergunta de partida:

De que forma as populações reassentadas na província de Maputo reconstroem a sua identidade social real?

1.4. Hipótese

As populações reassentadas na província e cidade de Maputo adoptam estratégias de representação para a manutenção e reconstrução da sua identidade social em função das relações sociais que estabelecem entre si e outros actores sociais nos locais de reassentamento.

1.5. Objectivo geral

Compreender a reconstrução da identidade social das populações reassentadas nos distritos de Moamba, Boane e Ka-Tembe, da província e cidade de Maputo.

1.6. Objectivos Específicos

- Identificar as estratégias que as populações reassentadas usam para manipular a sua identidade;
- Descrever as práticas usadas pelas populações reassentadas para reconciliar os seus valores e costumes reconstruir a sua identidade social
- Identificar a identidade social das populações reassentados

CAPÍTULO 2: Enquadramento teórico e conceptual

Esta secção apresenta a teoria e os conceitos adoptados na compreensão do fenómeno em causa. Deste modo, usou-se a teoria do Estigma: notas sobre uma identidade deteriorada da autoria de Goffman (1988) pois ofereceu um quadro teórico a partir do qual se pôde efectuar a compreensão da reconstrução da identidade social dos reassentados da província e cidade de Maputo.

2.1. Quadro Teórico

Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada

O termo estigma era antigamente usado pelos gregos para se referir a marcas corporais que evidenciavam algo de extraordinário ou mau sobre quem os portava. Na era cristã, era usado em referência a sinais corporais de graça divina. Atualmente, o termo estigma é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal (Goffman,1988).

Segundo Goffman (1988), a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social”.

Essas concepções são transformadas em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. Assim as exigências que fazemos e o carácter que imputamos ao indivíduo são chamados de identidade social virtual e identidade social real. A *Identidade social virtual* corresponde ao conjunto de atributos ou imputações feitas pelos outros com base nas expectativas, em um ambiente social. Já, *Identidade social real* é o conjunto de atributos sociais que o indivíduo prova ter. Neste contexto, termo *estigma*- é usado para se referir a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos (Goffman,1988).

Nesta Perspectiva, o estigma é uma classificação negativa que surge de determinados grupos sociais e tem o poder de designar o que é normal ou desviante, o que é certo ou errado no contexto das normas sociais que regem cada sociedade. O estigma tratado por Goffman, (1988) varia conforme o contexto, um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso ou seja todos os indivíduos tem condutas ou posturas que são passíveis de ser estigmatizadas quando se encontram em interação com indivíduos pertencentes a outros grupos sociais.

Goffman (1988) divide o estigma social em três categorias nitidamente diferentes: em primeiro lugar, há *as abominações do corpo* - as várias deformidades físicas. Em segundo, *as culpas de caráter individual*- percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, *há os estigmas tribais de raça, nação e religião*, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (Goffman, 1988).

Em todos os tipos de estigma mencionados encontramos as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (Goffman, 1988).

O autor estratifica os indivíduos de um determinado grupo social como normais e estigmatizados, sendo estigmatizados todos aqueles cujo estereótipo não condiz com as expectativas que a sociedade estabelece e por outro lado, são considerados normais todos os indivíduos ou actores sociais que não se afastam das expectativas da sociedade.

Para Goffman as atitudes que os normais têm em relação aos estigmatizados são empreendidas com a crença de que estes não são normais e acredita-se que não são completamente humanos. Com base nisso são feitas vários tipos de discriminações. Constroem teorias de estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ele representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças como as de classe social (Goffman, 1988).

A teoria de estigma do Goffman (1988) ajuda a compreender os efeitos sociais e simbólicos do reassentamento das populações outrora residentes na Malanga zona urbana e actualmente deslocados para zonas periféricas como chamissava, Mahubo 14 e Tenga. Com base nesta teoria foi possível analisar como os reassentados reconstróem a sua identidade social conciliando valores originais com as novas realidades. Foi possível também analisar a relação entre o estigma e a identidade deteriorada a partir dos estereótipos que são aplicados aos reassentados nos locais de reassentamento e por fim que estratégias os reassentados usaram para manipular a sua identidade social, conjugando a sua identidade social real com a identidade social virtual

mantendo elementos centrais da cultura tais como língua falada, práticas culturais e crenças, a organização comunitária e outros.

2.2. Definição e Operacionalização dos conceitos

Esta pesquisa tem como conceitos fundamentais: *Identidade, identidade social, construção da identidade social, reassentamento populacional*.

Na óptica de Goffman (2004), a *identidade* de um indivíduo é construída a partir dos parâmetros e das expectativas estabelecidas pelo meio social. Segundo o autor a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem nelas encontradas (Goffman, 1988).

A abordagem de Goffman (1988) acima citada foi relevante na compreensão do conceito de identidade, visto que apresenta uma abordagem sociológica ao tratar da identidade dos indivíduos como uma construção social onde a sociedade estabelece categorias sociais e um conjunto de atributos que definem em que categoria social cada indivíduo pertence a partir das expectativas que os outros tem uns para com os outros num contexto de interação.

Dubar (1997) e Pinto (1991) consideram a *identidade* como sendo um sentimento no qual as pessoas reconhecem a sua pertença em relação a um determinado grupo social, sendo, no entanto, diferente dos outros grupos. Para eles, a identidade concerne na necessidade que as pessoas têm de integrar-se num grupo, pelo facto de estarem conscientes da sua pertença a esse grupo e diferente dos outros.

A definição de Dubar e Pinto acima apresentada traz relevância para a compreensão do conceito de identidade porque traz a dimensão sociológica quando trata da identidade como sendo uma característica socialmente construída a partir do reconhecimento de pertença do indivíduo a um determinado grupo social.

Para efeitos deste estudo *identidade* de um indivíduo é definida pelos outros, ou seja pela sociedade, a partir das normas sociais que padronizam as condutas dos indivíduos, essas normas

vão permitir que o indivíduo seja enquadrado em determinadas categorias sociais pré-estabelecidas.

Identidade social resulta da interação do indivíduo com o meio em que se encontra e ela não é estática, mas, sim, dinâmica, que evolui e varia à medida que a sociedade muda e à medida que os contextos e indivíduos com os quais interagimos também mudam (Dubar, 2005)

A *identidade social* de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente (Cuche, 1999).

As definições acima referidas discutidas por Dubar e Cuche esclarecem a dimensão sociológica da *identidade social*, traduzindo identidade social como sentido de auto-reconhecimento e reconhecimento pelos outros de pertença de um determinado grupo ou classe social.

De acordo com Goffman (1988), o conceito de *identidade social* subdivide-se em duas partes, que são, nomeadamente, a identidade social virtual e a identidade social real. A identidade virtual é um conjunto de atributos ou imputações feitas pelos outros com base nas expectativas, em um ambiente social. Enquanto a identidade social real- conjunto de atributos sociais que o indivíduo prova ter.

Goffman traz a Dimensão sociológica o que permitiu a compreensão do conceito de identidade social traduzindo-a em expectativas normativas. Para efeitos deste estudo usaremos o conceito de identidade social sob o ponto de vista de uma construção social, onde os actores sociais padronizam os comportamentos e formam uma categoria e se espera que todos ajam de maneira prevista. Assim, este conceito permitiu-nos analisar como as populações reassentadas em Mahubo 14, Tenga e Chamissava agem tomando em consideração a sua identidade real, que é um conjunto de padrões comportamentais adquiridos na Malanga e como eles relacionam a sua identidade social real com a virtual, que é conjunto de expectativas normativas depositadas pelos nativos na interação com os reassentados

A *construção de identidades social* vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais,

pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espço. (Castells, p. 23)

O conceito trazido por Castells acima mencionado faz alusão a definição da construção da identidade social subordinado a dimensão cultural, referenciando que as memórias coletiva e individuais produzidas pelos indivíduos ao longo da sua vivência são projeções culturais enraizados em sua estrutura social ou temporal.

A construção da identidade social resulta de uma síntese dinâmica entre o modo como nos percebemos (autodefinição interna) e o modo como os outros nos percebem (definição externa). Para o autor, os grupos mobilizam dispositivos de similaridade entre si, de modo a criarem um sentimento de pertença, não importando quão ilusório possa ser esse sentimento. Simultaneamente, a percepção de um “nós” pressupõe a existência de “outros”, que se definem em relação àqueles dispositivos de diferenciação que ostentam (Jenkins, 1996). O conceito trazido por Jenkins apresenta a dimensão sociológica¹.

Para efeitos deste estudo a construção da identidade social resulta da mobilização grupal de dispositivos de similaridade entre si, de modo a criar-se um sentimento de pertença.

No que concerne ao conceito de *reassentamento*, na terminologia do BM (2004), abrange todas as perdas sociais e económicas resultantes da perda ou restrição ao uso da terra, junto das consequentes medidas de compensação e mitigação.

A definição trazida pelo Banco Mundial acima mencionada apresenta as dimensões económicas e sociais e refere que esse processo de reassentamento afeta as populações no que concerne a restrição da terra onde habitava e onde praticavam a agricultura de subsistência o que levar à sua remoção e realocação noutras áreas, com vista a se restituir as perdas.

Na óptica de Shamini (2011), o *reassentamento populacional* é deslocamento de pessoas ou grupos de pessoas de uma forma forçada ou obrigada, deixando as suas casas ou local de residência habitual, como resultado de evitar os efeitos ou conflito armado. A situação de

violência generalizada, violações de direitos humanos ou de catástrofes naturais produzidos ou não pelo Homem.

A definição de reassentamento trazida por Shamini acima mencionada apresenta a dimensão social que é a mais recomendada para nosso estudo.

Wet (2006) defende que estamos diante de *reassentamentos involuntários* quando as pessoas não mudam simplesmente de lugar de forma involuntária, mas elas são forçadas a mudar devido a um projecto, quer queiram quer não, sem ter oportunidade de discutir o assunto. Esta definição de Wet apresentada acima traz a dimensão económica do conceito de reassentamento.

Para efeitos deste estudo, reassentamento é deslocamento de pessoas ou grupos de pessoas de uma forma forçada ou obrigada, deixando as suas casas ou local de residência habitual, como resultado de evitar os efeitos.

Optou-se por utilizar o termo reassentamento populacional em vez de qualquer um dos outros anteriormente mencionados por ser um termo usado em Moçambique.

CAPÍTULO 3: Metodologia

Este capítulo, apresenta a metodologia, os caminhos seguidos para a realização do estudo, as técnicas e as ferramentas usadas para a materialização dos objectivos propostos. Deste modo, o estudo apresenta método de abordagem, procedimento do estudo, a técnica de recolha de dados e a definição da amostra. Importa referir que o estudo teve como base o método qualitativo.

3.1. Descrição e caracterização dos locais de estudo

Moamba é um distrito de Moçambique situado na parte norte da província de Maputo, tem como limites geográficos, a norte, o rio Massintona, que o separa do distrito de Magude, a sul, o distrito de Namaacha, a este, os distritos de Manhiça e Marracuene e, oeste, uma linha de fronteira artificial com a província sul-africana de Mpumalanga. (Inage, 2017)

O Distrito Municipal de Ka-Tembe situa-se a sul de Maputo. É limitado a Norte e Leste pela Baía de Maputo, a sul, pelo distrito de Matutuine, através da Avenida do Metical e a oeste, de Boane, através do rio Tembe (Inage, 2017).

A cidade de Maputo é o principal centro financeiro, cooperativo e mercantil do país, sendo que a maior parte da população pratica o comércio informal como fonte de renda, com maior incidência em famílias que têm como chefe de agregado familiar as mulheres. Possui uma rede de infra-estruturas bem desenvolvidas: estradas e sistemas de transporte, comunicações, unidades comerciais (lojas), electricidade, entre outros. As suas características geográficas e a disponibilidade de infra-estruturas facilitam a provisão de serviços (DSMSAS & CMM, 2019).

No que concerne ao nível de escolaridade segundo os dados do INE (2019), pode constatar-se que 96.3% da população de 5 á 24 anos sabe ler e escrever, e que a maior parte da população adulta não sabe falar português e realça que as mulheres representam maior percentagem nessas condições comparativamente aos homens.

O Distrito de Boane está geograficamente localizado a sudoeste da província de Maputo, sendo limite a norte pelo distrito de Moamba, a sul e este pelo distrito de Namaacha, oeste pela cidade da Matola e pelo distrito de Matutuine (INAGE, 2017).

Em termos de prestação de serviços é atravessado pela Estrada Nacional nº 2, que faculta a comunicação com a cidade de Maputo. Para além do troço, o distrito é servido por: uma estrada regional: Boane-Goba, em bom estado. Outras estradas secundárias e terciárias e pequenas pontes, num total de 72 km, e em condições que requerem maior manutenção.

A agricultura é a base da economia distrital, tendo como principais culturas as hortícolas, milho, mandioca, feijão, bananas e citrinos. As espécies de gado predominante são os bovinos, ovinos e aves, destinadas para o consumo familiar e comercialização (MAE, 2005).

Tendo por língua materna o XiChangana, da população do distrito com 5 ou mais anos de idade, 64% tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este, domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho (MAE, 2005).

No que concerne ao nível de escolaridade, 53% da população é alfabetizada, predominantemente homens. O distrito de Boane tem taxa de escolarização normal, constatando-se que 62% dos seus

habitantes, principalmente residentes no posto administrativo de Boane, frequentam ou já frequentaram escola, ainda que maioritariamente somente até ao nível primário (MAE, 2005).

O distrito de Moamba é atravessado pela Estrada Nacional nº 4, ligada à cidade de Maputo e Ressano Garcia (119km). As ligações entre os postos administrativos são feitas por estradas de terra planada ou picadas, onde as dificuldades em transitar são notórias, sobretudo na época das chuvas (MAE, 2005)

A principal actividade económica é a Agrícola, visto que o distrito possui cerca de 10 mil explorações agrícolas familiares com uma área média de 1.3 hectares. Moamba possui solos de baixa fertilidade com excepção dos vales do Incomate e do Sabiè. De um modo geral, a agricultura é praticada em explorações familiares de 1 hectare, em regime de consociação de culturas com base em variedades locais (MAE, 2005).

Tendo por língua materna o XiChangana, da população do distrito com 5 ou mais anos de idade, 49% têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho (MAE, 2005).

No tocante ao nível de Escolaridade, segundo os dados do INE (2017), mais da metade da população é analfabeta, predominantemente mulheres; o distrito da Moamba tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que só 51% dos seus habitantes frequentam ou já frequentaram a escola, maioritariamente até ao nível primário.

3.2. Método de abordagem

Esta pesquisa é qualitativa e busca analisar os aspectos inerentes à reconstrução da identidade social das populações reassentadas na província de Maputo. Em termos de abordagem, optou-se pelo método hipotético-dedutivo, que se baseia na formulação de um problema e construção das possíveis respostas para o mesmo (hipóteses) que são testadas com os dados da realidade empírica (Andrade, 2006).

Na primeira fase do estudo, privilegiou-se as leituras exploratórias, fez-se análise dos conteúdos de algumas monografias, artigos e documentos oficiais do Governo que abordassem o assunto

em causa. De seguida, desenvolveu-se entrevista semiestruturada e observação não participante, de modo a testar a hipótese com a realidade empírica.

3.3. Procedimentos do estudo

No que concerne ao procedimento técnico, a pesquisa usou método monográfico. Na óptica de Andrade (2006), este método consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações, ou seja, obter resultados que ajudem a compreender um fenómeno determinado na sua totalidade. Este estudo centrou-se nos grupos de populações outrora residentes no bairro da Malanga, na cidade de Maputo e, actualmente, residentes nos bairros de Tenga e Massaka, província de Maputo e Ka-Tembe, na cidade de Maputo, a fim de compreender quais as implicações do fenómeno “reassentamento populacional” na reconstrução da identidade social.

As entrevistas foram realizadas durante três semanas que foi de 8 ao 29 de junho de 2021 administradas nas residências dos entrevistados, onde encontramos um ambiente acolhedor e propício para o decurso normal do processo de recolha de dados.

3.4. População ou Universo

Na óptica de Richardson (1997), universo ou população é o conjunto de elementos que possuem determinadas características. Por sua vez, Marconi e Lakatos (1999) definem universo ou população como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.

Assim, para esta pesquisa, teremos como universo ou população todos os reassentados nos bairros de Massaka, Tenga e Ka-Tembe, província e cidade de Maputo, outrora residentes no bairro da Malanga na cidade de Maputo.

3.5. Amostra do estudo

A amostra total é de 35 participantes dos quais 20 mulheres e 10 homens reassentados na província de Maputo, outrora residentes na cidade de Maputo, 3 membros do concelho administrativo dos Bairros e 2 responsáveis pelas políticas de reassentamento.

Tabela 1. Constituição da amostra

Número dos participantes	Katembe		Mahubo		Moamba		Responsáveis pelo reassentamento		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Reassentados	2	9	3	5	3	6			30
Membros do C.A.B	1		1		1				3
Responsáveis pelo reassentamento							2	0	2
Total	3	9	4	5	4	6	2	0	35

Os dois responsáveis pelas políticas de reassentamento mencionados não foram entrevistados em nenhum dos nossos campos de estudo, mas nos seus locais de trabalho na cidade de Maputo.

A saturação teórica designa o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenómeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações (Fontanela, *et al*, 2008).

3.6. Amostragem

Os entrevistados foram seleccionados com base no método não probabilístico por conveniência. Este método permite o pesquisador seleccionar os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam representar um universo (Levy & Lemeshow, 1980). Para a seleção dos participantes do estudo, primeiro foram identificadas as três zonas de reassentamento, posteriormente, em cada zona, primeiro procurávamos o chefe de quarteirão para informarmos sobre a nossa intenção e ele indicava-nos as casas onde os chefes de família se encontravam naquele momento.

3.7. Técnica de recolha de dados

Para a recolha de dados foi usada a entrevista que é uma conversa efectuada de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador recolher a sua informação necessária (Lakatos & Marconi, 2003). Escolheu-se a entrevista semiestruturada que é uma técnica de recolha de dados a partir de um roteiro com questões abertas, onde o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema proposto ou pergunta formulada (Brandão,1990).

A entrevista semiestruturada foi adequada para este estudo porque permitiu que os reassentados falassem abertamente sobre o impacto que a deslocação da Malanga trouxe nas suas vidas e como tem feito para se integrar nos novos locais, considerando aspetos como hábitos costumes e crenças que tinham. Discorreram livremente sobre como o processo do reassentamento foi tramitado pelos responsáveis pela remoção das populações e tudo oque lhes foi importante partilhar com o entrevistador.

3.8. Técnicas de análise de dados

Dentre as várias técnicas de análise de dados na pesquisa qualitativa propostos por Merriam (1998) destacam-se: análise etnográfica, análise narrativa, análise fenomenológica, método comparativo, análise de conteúdo e indução analítica.

Neste estudo, optou-se pela análise de conteúdo que, na perspectiva de Minayo (1994), é um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo, mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produções/recepção destas mensagens.

As entrevistas foram gravadas e guardadas num telemóvel, compiladas em ordem de datas. De seguida foram transcritas no computador para melhor segurança dos ficheiros. Posteriormente foram organizadas de acordo com o campo de estudo onde foram realizadas as entrevistas e foi feita analise para se compreender os comentários dos entrevistados e se fazer a respectiva comparação das semelhanças e diferenças entre as entrevistas.

3.9. Questões éticas

Em qualquer tipo de pesquisa, a observância dos princípios éticos é indispensável para garantir uma pesquisa idónea. Assim, usou-se o consentimento informado, onde se procurou explicar aos entrevistados sobre os Objectivos da pesquisa e, acima de tudo, que as informações colhidas serão usadas exclusivamente para esta pesquisa e suas identidades, serão salvaguardadas.

Tomou-se, também, em consideração, a reciprocidade, ou seja, colocaremos os nossos entrevistados na mesma posição que a do pesquisador.

3.10. Constrangimentos da pesquisa

Durante a elaboração da monografia, enfrentou-se algumas dificuldades referentes às diferentes etapas pelas quais passámos desde a concepção à execução da pesquisa. Apresentamos como dificuldades os pontos abaixo:

Dificuldade para chegar nos locais de estudo devido á distancia entre as vias de acesso e a zona onde se encontram os reassentados. Para se chegar aos locais em causa teve-se que percorrer longas distâncias a pé, pedindo indicações ao longo dos bairros vizinhos até chegar lá.

Dificuldade de encontrar os participantes nas suas residências na hora em que nos fazíamos presente nos locais de reassentamento, visto que o nosso grupo-alvo é composto por homens e mulheres chefes de agregados familiares que na hora da entrevista estavam a cumprir com os seus compromissos laborais ou um outro tipo de compromisso. Para se solucionar este problema em certos casos tínhamos que aguardar pela chegada do responsável da residência e em outros casos continuávamos à procura de residência onde o responsável estivesse.

Dificuldade de interagir com os participantes, pelo receio destes de expor a sua vida privada. Para superar este problema tínhamos que garantir que os participantes não estavam a ser filmados e não que usaríamos seus verdadeiros nomes, mas sim, os fictícios na entrevista.

Dificuldades em se fazer as residências, visto que, as entrevistas foram realizadas no contexto da COVID 19 e as pessoas tinham receio de receber visitas e principalmente se tratando de desconhecidos. Para solucionar esse empasse e tranquilizar os participantes, tínhamos que nos equipar devidamente com mascaras faciais ou viseiras.

No entanto, o pesquisador garantiu segurança ao entrevistador quanto à informação a ser disponibilizada pelo entrevistador. Ser claro e explicar ao entrevistador de que se trata e qual será a finalidade dos dados a serem colhidos.

CAPÍTULO 4. Análise, discussão e interpretação de dados

Neste capítulo temos a apresentação da análise e interpretação dos dados colhidos no campo, de acordo com os objectivos que propusemos analisar.

4.1. Perfil sociodemográfico do grupo-alvo

Essa pesquisa envolveu 35 participantes, composto por homens e mulheres chefes de família dentre os quais 20 mulheres e 15 homens. Constatou-se também que 17 participantes vivem em união de facto sendo o maior número para esta categoria, muitos dos participantes (18) tem o nível básico completo, a agricultura de subsistência é actividade económica mais predominante, praticada por 17 participantes.

Tabela 2: Perfil sociodemográfico do grupo-alvo

Características dos participantes	Mahumbo-14 (Boane) n=10	Tenga (Moamba) n=10	Chamissava (Katembe) n=10
Sexo			
Masculino	3	5	2
Feminino	7	5	8
Idade			
28 – 36	3	2	6
37 – 46	4	2	3
47 – 64	3	6	1
Estado Civil			
União de Factos	5	6	6
Casado	1	1	0
Viúvo	4	3	4
Nível Académico			
Básico completo	5	6	7
Medio completo	3	3	1
Medio e curso	1	1	2
Técnico medio completo	1	0	0
Ocupação			
Estudante	1	1	2
Agricultor	6	7	4
Empreendedor	3	1	4
Religião			
Cristã	3	4	3
Islâmica	1	2	7
Outros	6	4	0

4.2 Características socioeconómicas das zonas de reassentamento

A saída do centro da cidade para zonas rurais trouxe grandes mudanças no estilo de vida dos reassentados. Para consubstanciar esta afirmação, realizou-se uma análise comparativa entre as zonas de reassentamento, nomeadamente, Tenga, Mahubo 14, Chamissava e a Malanga (antiga zona de habitação) no que se refere às condições socioeconómicas, tais como: a religião, tipo de habitação, o acesso à água potável e energia elétrica, tipos de vestuário, disposição dos meios de transporte as vias de acesso, meios de subsistência, nível de criminalidade e lazer.

4.2.2. Tipos de Habitação

Quanto ao tipo de habitação na Malanga, no contexto dos reassentados as zonas por eles habitadas eram compostas por casas de alvenaria, construções antigas que datavam desde a época colonial e outras do tipo madeira e zinco construídas também na mesma época. Os quintais eram pouco espaçosos e em alguns casos compartilhados, isto é, no mesmo quintal podia haver várias residências com famílias distintas. As ruas que faziam separação entre as residências eram muito estreitas e em forma de “becos”, o que condiciona a proximidade das residências.

Por sua vez, no que diz respeito às zonas de reassentamento as casas também são de alvenaria, outras são de caniço e algumas casas são feitas de palha (palhotas) de construções antigas, adaptadas pelos nativos. As casas mais recentes com modelos modernos de construção são pertencentes aos reassentados.

No caso específico de Tenga foram encontradas algumas casas inacabadas, com os quintais sem os muros de vedação. De acordo com os entrevistados, as casas inacabadas e com vedação de plantas espinhosas estão nesse estado porque foram construídas às vésperas das mudanças.

Em Mahubo 14 onde também foram encontradas algumas casas de caniço estas foram construídas para abrigar os reassentados antes da conclusão da obra. E por fim realçam os entrevistados que os quintais são mais espaçosos e as residências são separadas por ruas largas.

Aqui temos mais privacidade, os quintais são grandes e podemos fazer tudo oque quisermos...
(participante22, 38-36anos, chamissava)

Tem espaço suficiente para as crianças brincarem sem ir em casa de ninguém... (participante2, 28-36 anos, Mahubo 14).

Aqui ate podemos lavar roupa e deixar secar ate dia seguinte que ninguém vai reclamar o uso do estendal ... (participante22, 38-36anos, chamissava).

Estes dados mostram que apesar de os reassentados terem adquiridos quintais espaçosos comparativamente aqueles da sua origem, o tipo de habitação não parece representar melhoria, pois as regras previstas no regulamento de reassentamento em vigor não foram cumpridas. Estes resultados assemelham-se aos estudos de Andrade e Sousa (2006), sobre o reassentamento em Moatize que mostram também que o programa de reassentamento previa a edificação de habitações padronizadas para as populações deslocadas, com modelos arquitetónicos previamente definidos apresentados como parte integrante do projecto. Contudo, a implementação revelou uma desconexão profunda entre o plano formal e realidade concreta: as casas entregues aos reassentados careciam de condições mínimas de habitabilidade, foram construídas sem fundação, sem vigas ou pilares, e ao final do projecto já apresentavam rachaduras e infiltração no teto.

Inspirando-se em autores como Bordieu (1979), que discute a forma como o espaço social é internalizado e reproduzido na vida quotidiana, e Lefebvre (1974), que aborda o espaço como uma produção social, é possível afirmar que a moradia representa não apenas um espaço de residência, mas também um espaço de pertencimento, dignidade e projeção do futuro. A imposição de moradias precárias e estandardizadas contribui para a desvalorização da experiencia social e para erosão das referências identitárias das populações reassentadas, visto que os reassentados passam a ter habitações diferentes das que tinham na Malanga e também, tornam-se em elementos de distinção entre os reassentados e os nativos. Neste sentido, a habitação não pode ser vista apenas como um abrigo físico, mas sim como um artefacto simbólico fundamental na reconstrução da identidade social das populações reassentadas.

4.2.1. Religião

No que concerne à religião, importa referir que enquanto viventes na Malanga os reassentados estavam divididos em três grupos religiosos a mencionar: Muçulmanos, Católicos e Protestantes. Os entrevistados contaram que professavam essas diferentes seitas religiosas enquanto viviam na Malanga, referem também que muitos são pertencentes a estas seitas porque no seu histórico, ou seja, seus antecessores ou antepassados já o faziam e eles estavam a seguir os passos dos mesmos. Os entrevistados contam também que as igrejas e mesquitas estavam localizadas nos arredores na cidade e que percorriam curtas distâncias até os locais, contam que algumas igrejas e mesquitas encontravam-se bem próximo das suas residências.

Diferente dos locais de reassentamento, os entrevistados contam que as igrejas, para o caso dos católicos e protestantes estavam distantes das residências. Para os entrevistados que se encontram em Tenga e rezam nas igrejas católicas contam que lá não tem edificações dessa seita, tanto para alguns preferiam percorrer longas distâncias e voltar para as igrejas na Malanga o que não era fácil.

Em Mahubo 14 as igrejas encontravam-se na vila de Boane que também era distante das suas residências e os reassentados optavam por ficar em casa.

E para o caso de Chamissava, tinham igrejas e também mesquitas, e contam os entrevistados que para os muçulmanos era mais favorável visto que as mesquitas encontravam próximo das residências.

4.2.3. Acesso a água potável e energia elétrica

Os entrevistados dizem que no bairro da Malanga tinham acesso a água potável fornecida pela Água da região de Maputo, Pública, e também fornecida por agentes de serviços privados (água dos furos). Quanto a energia elétrica os entrevistados também dizem que a Malanga era e sempre foi um bairro iluminado porque goza dos serviços da distribuição de energia elétrica.

Nos bairros de reassentamento também tem acesso a água potável, distribuída pelo fornecimento público. Os reassentados contam que quando acabavam de se mudar tinham acesso a água potável porém nos tempos atuais o cenário mudou.

Em Mahubo 14 eram permeados pelo fornecimento da água da região de Maputo, vulgarmente conhecida por FIPAG, porém, os reassentados contam que algum tempo depois enfrentam graves problemas no acesso a água potável devido a falta de manutenção dos equipamentos. Passavam meses sem água e sem nenhuma satisfação sobre o assunto, a única justificativa era que queimou bomba que era responsável pela distribuição da água e por conta disso os entrevistados contam que se socorrem nas águas dos poços que alguns nativos tem e em casos mais extremos usam água estagnada resultante das chuvas intensas.

No que concerne ao acesso a energia elétrica, Tenga, Mahubo 14 e Chamissava, todas as zonas de reassentamento também dispõem de energia elétrica. No caso específico de Chamissava, os reassentados contam que sentem-se privilegiados porque no geral o bairro ainda não tem acesso a energia elétrica com exceção da zona onde se encontram os reassentados. Os entrevistados contam também que a zona é identificada através dos postes de média tensão que fornecem energia naquele lugar.

4.2.4. Tipos de Vestuário

No tocante a forma de vestir, a opinião estava dividida em dois grupos de acordo com as idades ou faixas etárias dos participantes, para os mais jovens havia uma discrepância na forma de vestir, alguns entrevistados principalmente as mulheres jovens afirmavam que na Malanga não tinham restrições no que diz respeito ao tipo de vestuário com qual se apresentavam no seu quotidiano, cumpriam apenas com a estação do ano por exemplo no verão vestiam-se de roupas frescas e curtas e no inverno roupas mais cumpridas para se protegerem do frio. Enquanto para pessoas mais crescidas, adultos e idosos não encontraram diferença no tocante a forma de vestir porque habitualmente trajavam a capulana e o lenço e outros trajes que cobriam o corpo e nas zonas de reassentamento os nativos também vestem as capulanas e os lenços e outros trajes que cobrem os corpos a semelhança dos adultos e idosos reassentados.

Como mostram as citações abaixo:

“Lá na Malanga usávamos saínhas e shortinhos e saíamos para rua e até passeávamos mas aqui nos olham mal, quando pões uma saínha e saias, até falam de lado...” (participante 13, 28-36 anos, Tenga).

Os resultados desta pesquisa mostram que a indumentária representa uma forma de diferenciação social. Tal como afirma Scott (1990), tendem a usar ou interpretar o vestuário como forma de resistência simbólica ou de afirmação identitária. Em contextos de reassentamento forçado, a indumentária pode representar uma tentativa de manter tradições ou marcar diferença frente ao novo ambiente. Mas também, pode ser uma forma de representação da identidade social. Na perspectiva de Elias (1939), o corpo e as roupas estão associados a construção da identidade e a distinção social. O vestuário reforça padrões de civilidade e pertencimento num espaço novo.

Neste contexto, os reassentados se vestiam de forma a criar proximidade com os nativos, buscando igualar-se aos nativos, por forma a alcançar o que Goffman (1989) chama de satisfação das expectativas sociais, visto que na interação de uns com os outros existe expectativas que se espera que sejam satisfeitas. Assim, os nativos das zonas de reassentamento esperam que os reassentados se vistam da forma como eles consideram ideal e os reassentados apesar de virem de uma zona urbana onde a forma de vestir é mais moderna procuravam vestir-se de forma não criar distinção entre as populações reassentadas e os nativos.

4.2.5. Disposição dos meios de transporte e vias de acesso

No que tange a disposição dos meios de transporte e vias de acesso, constatou-se que a combinação dos dois indicadores cooperava para facilidade ou dificuldade na mobilidade dos reassentados.

Os participantes dizem que na Malanga sempre houve facilidade no acesso aos transportes públicos e privados, onde predominam transportes privados com 18 lugares vulgarmente conhecidos por mini buses, os autocarros de transporte público de passageiros (TPM) e os “my loves” que são camionetas e carrinhas de caixa aberta, sendo este último tipo mais usado para transportar carga. Os participantes também realçam que na Malanga tinham mais facilidades de acesso ao transporte, tanto que era fácil chegar aos locais de trabalho, nos hospitais e nas escolas, até nos locais de lazer como o Teatro, os jardins, os campos de futebol, etc.... Em alguns pontos da cidade a toma do transporte era opcional porque esses locais encontravam-se nas proximidades das suas residências. Quanto as vias de acesso a zona da Malanga tem estradas ruas e avenidas asfaltadas, construídas na época colonial e é permeada pelas principais avenidas tais como av.24 de julho e Eduardo Mondlane o que tornara a fácil a sua mobilidade.

“Lá na Malanga o posto de trabalho do meu marido ficava perto, que até naquele dia que não tinha dinheiro de chapa ele ia a pé ao serviço...” (participante11, 28-36anos, Tenga).

Enquanto nos locais de reassentamento há escassez de transporte tanto públicos quanto os privados, porém cada local enfrenta desafios específicos,

Para o caso de Mahubo 14, os participantes afirmam que enfrentam graves problemas de transporte, visto que os transportes não circulam nas suas zonas, estes só circulam na vila de Boane, ou seja da vila para outros pontos e vice-versa. Portanto das zonas para a vila dependem dos transportes de caixa aberta vulgos “ my loves”. Os reassentados enfatizam que em certos momentos dependem das boleias de carros particulares disponibilizadas por pessoas de boa-fé que os tiram das zonas de residência para as estradas principais, como mostra o excerto a baixo:

Aqui tem problemas de chapa, só é fácil subir ate a vila de boane e de la para ca no Mahubo tem poucas chapas, as vezes dependemos de boleia... (participante2, 28-36 anos,Mahubo 14).

Não tem chapas aqui, meu marido quando vai trabalhar acorda as três horas da madrugada para chegar no serviço as oito horas por causa de falta de chapa...(participante 30,55-64 anos, Mahubo 14)

Em Tenga, o cenário não se difere do relatado no caso de Mahubo 14 acima citado, aqui os transportes públicos e privados só circulam na estrada principal denominada circular e para chegar as residências que distam há quilómetros da estrada principal dependem também dos *my loves* e de carros particulares que transportam os indivíduos para a estrada com taxas de pagamento ao mesmo custo que o do transporte publico e em outros casos superior. E em dias de chuva contam os entrevistados que tem sido extremamente difícil a circulação dos transportes devido precariedade das vias. As ruas e estradas ficam alagadas com bacias de agua e possas de lama, e em outros casos são encerradas as vias devido a ma condição das mesmas, oque condiciona a sua mobilidade. Mas também em Tenga encontramos o outro meio de transporte, o comboio de transporte de passageiros, que vem complementar dando mobilidade as populações, porém os entrevistados afirmam que não é fácil tomar o comboio devido a distancia das suas residências ate a estação do comboio que e uma paragem fixa, esta dista há quilómetros de distancia e depende de um itinerário fixo.

No que se refere as vias de acesso, em Tenga encontramos estradas de terra batida, com desníveis ou depressões acentuadas, que nos dias de chuva criam-se bacias e possas de lama inabilitando as vias.

Em chamissava, há dificuldade do acesso aos transportes, os reassentados contam que só circulam os autocarros de transporte publico de passageiros, os TPM, porém estes obedecem um itinerário fixo, não obstante, e as vezes se atrasam devido as péssimas condições das vias e também da falta de manutenção dos mesmos.

As vias de acesso são precárias, as estradas são de terra batida e a estrada de asfalto distam a muitos quilómetros das residências dos reassentados e só podem ser encontradas na vilas.

4.2.6. Meio de subsistência

No que concerne ao emprego e meios de subsistência, de acordo com os participantes era mais sustentável e fácil manter meios de subsistência na Malanga devido a natureza na zona. Os participantes dizem que tratando-se de uma zona localizada no centro da cidade conseguiam trabalho nas diversas áreas porque tinha muitas actividades a serem realizadas, isto é, havia muita procura de mão-de-obra mas também era fácil empreender. O empreendedorismo era a segunda alternativa para manter a subsistência nas famílias visto que a zona era permeada por um mercado com mesmo nome onde, homens, mulheres e crianças se envolviam em várias actividades rentáveis. Os participantes salientam que criavam negócios de venda de produtos de primeira necessidade e outros itens requisitados diariamente como a venda de recargas de redes de telefonia móvel, venda de água gelada, venda de frutas na paragem de autocarros, venda de gelinhos, polir sapatos nas vias etc..., não obstante os participantes contam também que desenvolviam outras actividades remuneradas denominadas boladas que consistiam em intermediar vendas de produtos de varias ordens, compra e aluguer de casas, viaturas, telemóveis e mais produtos de fornecedores nacionais e ate de plataformas internacionais de vendas online.

Enquanto nos locais de reassentamento os participantes dizem que é complicado manter os meios de subsistência porque as zonas não são muito habitadas e nem agitadas como no centro da cidade, as casas são dispersas, e por se tratar de zonas onde a principal actividade de subsistência

é o cultivo e a prática da agricultura há pouca circulação da moeda, o que faz com que os negócios não prosperem. Muitos reassentados perderam empregos outros preferiram abandonar seus empregos e postos de venda que ainda mantinham na cidade devido a distância entre as zonas de reassentamento e a anterior zona de residência que era onde os postos de trabalho e de venda se encontravam, distancia essa mencionados no capítulo sobre transporte. Devido a essa perda e abandono dos postos de trabalho e de venda alguns reassentados enveredaram pelo empreendedorismo, criaram barracas e bancas de venda de produtos de primeira necessidade entre outros porém reclamam de pouca ou baixa afluência e outros entraram na linhagem dos nativos engrenados para a prática da agricultura como meio de subsistência.

“Quando acordávamos lá na Malanga, tínhamos as nossas bancas de venda para poder ter alimentos do dia-a-dia...” (participante2, 28-36 anos, Mahubo 14).

“Outros dias quando acordamos sem dinheiro e sem ideia do que vamos comer era só procurar garrafinhas, pôr água nas garrafinhas e deixar na geleira para congelar e sair pôr na estrada, as pessoas passavam para comprar e daí tinhas dinheiro para cozinhar...” (participante 5, 28-36, Mahubo 14).

“Eu lá fazia negócios, fazia bolos para vender, mas aqui, estou parada, desde que cheguei aqui estou a passar mal porque a vida não anda, até tentei pôr banca aqui, mas nem compram não tem movimento aqui, como não tem muitas casas. Aqui depende-se da machamba, tem que ir a machamba cultivar para ter comida...” (participante 30, 55-64anos, Chamissava).

Os resultados deste estudo revelaram que as populações foram deslocadas para áreas periféricas, onde as alternativas de sustento são bastante limitadas. Este facto, converge com os estudos da ordem dos advogados OAM (2006) & Matavel (2011) onde promessas e os acordos celebrados para a população afectada, não foram materializadas satisfatoriamente, tendo as famílias ficado entregues a própria sorte, com escassas fontes de rendimento.

Para o nosso estudo, tratando-se de uma comunidade urbana com hábitos, valores e cultura urbana ao se depararem com a situação das perdas de renda nos locais de reassentamento devido a vários factores tendo como um deles a distancia entre o local do trabalho e actual zona de residência, adoptaram novas estratégias adaptivas recriando sua identidade em torno de novas formas de organização social, económica e simbólica embora sob pressão, tomando a agricultura

como a principal actividade de subsistência. Já, para os estudos da OAM (2006) e Matavel(2011) as novas zonas ofereciam poucas possibilidades, as populações produziam pequenas machambas, eram quase improdutivas, não só devido ao clima quente e seco, como também por causa da pobreza do solo, da escassez de água, falta de sistemas de irrigação, caracterizam um processo de reassentamento que não garantiu a pratica de agricultura de subsistência, ou para que as famílias afectadas pudessem gerar rendimentos a partir do desenvolvimento de actividades de subsistência.

Neste contexto, Sen (1999) fala da importância das “capacidades” (entendidas como liberdade reais) para que as pessoas vivam a vida que valorizam. Enfatiza que um reassentamento que não garante capacidades básicas (como gerar renda ou produzir alimentos) limita as liberdades dos reassentados e compromete sua dignidade e identidade

4.2.8. Nível de criminalidade

Quanto ao nível de criminalidade observou-se que a Malanga é uma das zonas do centro da cidade com o registo de maior índice de criminalidade a nível da cidade de Maputo. Os participantes afirmam que eram praticados na Malanga crimes do tipo furto ou roubo nas residências, consumo de drogas e assaltos na via pública, e este último incide mais e verifica-se até nos dias correntes ao redor do mercado com mesmo nome. Os participantes dizem também que na Malanga, as situações criminais eram resolvidos nas instituições como posto policial e esquadras, pelos agentes da lei e ordem obedecendo a lei vigente nos pais.

Contrariamente a Malanga, os participantes dizem que as zonas de reassentamento são mais calmas, com baixo índice de criminalidade que apesar da existência das esquadras as questões criminais são tratadas de forma comunitária, ignora-se a existência da polícia e reencaminham situações criminosas as instâncias não legais de representação da comunidade. Conforme mostra a transcrição abaixo:

“Quando acontece um crime, temos que reportar ao régulo, mesmo estando acostumados a tratar assuntos dessa natureza na esquadra, temos que ir ao régulo para não criar uma má impressão...” (participante 1, 37-46, Mahubo 14).

Em Tenga, por conta da onda de criminalidade na Malanga, bairro de proveniência dos reassentados afirmam os entrevistados que quando acontece um crime estes são culpados, sendo rotulados como criminosos.

Os entrevistados contam também que a sua imagem é associada aos comportamentos criminais da Malanga, e com isso são vistos como responsáveis por todo tipo de crime praticado. Acredita-se que estes tem forte ligação com a Malanga e com as pessoas de lá o que lhes põe na posição de cúmplices, sob a acusação de trazer amigos marginais da Malanga para Tenga para criar desordem.

“...aqui no Tenga quando sofrem roubo acusam a nós, logo dizem são aqueles da Malanga...” (participante 12, 55-64anos, Tenga).

“Há alguns meses no posto policial daqui de Tenga roubaram televisor e computadores e já ouvíamos rumores de que são os da Malanga que roubaram...” (participante15, 37-46anos, Tenga).

“... basta roubarem ou alguém sofrer assalto dizem que somos nós da Malanga, porque aqui no Tenga não tinham ladrões antes de nós chegarmos aqui...” (participante 1, 37-46anos, Tenga).

Os discursos destes participantes confirmam o pressuposto de Goffman (1988), segundo o qual as rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos e a sua “identidade social”.

Analisando a identidade dos reassentados sob o ponto de vista de Goffman, vemos o que o autor chama de uma identidade desacreditada, em que um indivíduo possui estigma ou marca social que é visível ou já foi revelado publicamente, afetando sua interação social e percepção de si mesmo. O facto de o bairro da Malanga ser uma zona urbana com registos de um índice elevado de criminalidade contribui para que a população reassentada seja definida ou classificada pelo desvio real ou presumido. Os reassentados muitas vezes são estigmatizados como perigosos ou propensos ao crime, o que gera exclusão simbólica e marginalização, isto é, a identidade social atribuída dos reassentados pode ser construída sob estigmas negativos.

4.2.9. Lazer

No que concerne ao lazer, os participantes contam que na Malanga tinham várias actividades que os entretinham nos momentos ou dias de descanso tais como finais de semanas e feriados e ate em períodos de férias escolares e laborais. Tinham ao seu dispor desde o cinema, teatro, campos de futebol onde praticavam alguns desportos, jardins públicos, bares e discotecas, piscinas e ate desenvolviam jogos criativos como a Ntxuva e o Xadrez. Os entrevistados contam também que existem barracas onde os jovens se encontravam todos os finais de semana para se divertirem sem limites ou previsão do término, e em outros casos não se dormia.

“Quando viemos para aqui no Mahubo 14, os nossos hábitos mudaram negativamente porque na Malanga, nos finais de semana, lá nos divertíamos, íamos ao cinema, jogávamos futebol, levávamos os nossos filhos para o jardim, epá... estávamos perto de tudo, as escolas nós escolhíamos, se dá para ir no piloto, se dá pra ir na Josina ou se dá pra ir no Lhanguene...” (participante 1, 37-46 anos, Mahubo 14).

Por sua vez as zonas de reassentamento não apresentam locais de lazer, são de natureza zonas muito calmas onde cada um está na sua casa e poucos saem para se divertir.

Para os reassentados de Mahubo 14 existe um campo de futebol onde encontram-se aos Domingos para jogar. Os entrevistados contam que pelo hábito que tinham la Malanga de praticar o desporto juntavam pessoas para jogar nos finais de semana, quanto mais o tempo foi passando as pessoas foram desistindo e assim a actividade ficou paralisada.

Em Tenga não existe actividades de lazer, existem barracas mas são dedicadas somente a venda de produtos de primeira necessidade e os participantes contam que estão muito distantes das suas residências.

E a zona de Chamissava também é desprovida de locais de entretenimento, os participantes relatam que a zona é extremamente calma e as pessoas são muito focadas em actividades remuneradas e pouco com o lazer. Os participantes contam também que na terminal existem barracas que oferecem consumo de bebidas alcoólicas que alguns tomam como forma de lazer, porém, esse momento dura pouco e as pessoas se dispersam muito cedo.

4.3. Práticas culturais

As práticas culturais foram divididas em dois grupos por um lado encontramos as normas e crenças no antigo local de habitação e por outro lado as práticas nos locais de reassentamento.

4.3.1. Práticas culturais no local de habitação anterior (Malanga)

Assim como todos os grupos sociais são regidos por normas, hábitos e costumes a zona da Malanga também apresenta práticas culturais que regem a mesma. Os participantes dizem que das práticas culturais que la mantinham se destacam as seguintes: purificação da casa apos perder um ente querido com a crença segunda a qual apos o falecimento de alguém a casa fica impura e todos que la estiverem estão contaminados. Contribuição em valores monetários simbólicos ou em produtos alimentares para apoiar a família que perdeu o ente querido em custos visto que trata-se de um evento emergente que chega em momentos inesperados. Não oferecer sal nem lume à noite para evitar que sorte de quem oferece passe para quem recebe, não varrer e tirar lixo no interior da casa durante a noite para não tirar os antepassados que são os protetores da casa, o Homem não deve comer na panela porque no dia do seu casamento pode chover.

Quando morre alguém tem que se chamar um mazione ou curandeiro para vir tratar a casa porque se morreu alguém a casa esta impura... (participante 30, 55-64 anos, Chamissava).

Depois de se enterrar alguém a casa onde teve falecimentos deve ser lavada para evitar que isso aconteca denovo... as pessoas também devem ser lavadas para não carregar o espirito da morte para suas casas ... (participante 1, 37-46 anos, Mahubo 14)

... Também tem que se contribuir com dinheiro ou produtos alimentares para ajudar a família enlutada... (participante 12, 55-64 anos, Tenga).

Oque nos sabemos e que swayila varrer pedir sal e lume a noite...toda nos sebemos, não há quem não sabe que isso não se faz...” (participante 1, 37-46 anos, Mahubo 14).

4.3.2. Práticas culturais, normas e crenças nos locais de reassentamento

No que concerne as práticas culturais, normas e crenças nos locais de reassentamento, os participantes enumeraram vários, a enumerar: por se tratar de zonas onde a pratica da agricultura

é a principal actividade de subsistência os reassentados contaram que sempre que há sinais de chuva são proibidos de pegar enxadas para não impedirem a queda da chuva, outro facto é quando morre alguém deve-se ficar sem ir a machamba durante três dias com a alegação segundo a qual a terra ainda esta quente e quando plantar os excedentes podem queimar e em outros casos deve se fazer contribuição em dinheiro ou em bens alimentícios para ajudar a família que perdeu seu ente-querido, no final de cada ano todo o responsável da família (Homem ou Mulher) é obrigado a recolher o canhú exprimir para fazer sumo/bebida numa quantidade correspondente a uma lata de 20 litros a fim de entregar na casa do regulo e todos devem juntar-se para consumir a bebida para festejarem como forma de agradecimento a Deus pelo ano bom, e para quem não tiver conseguido juntar o canhu deve pagar o valor de 100\200 meticais como contributo para o evento. É extremamente proibido podar ou cartar um canhoeiro sem informar o régulo ou qualquer instância de administração do bairro porque considera-se uma árvore sagrada. Devem fazer-se as matas para apanhar lenhas para cozinhar porque la não tem carvão e para se obter gás domestico não é fácil sobrando essa alternativa para confeção dos alimentos. Como mostram as citações abaixo:

Aqui, o que reina é a tradição, sabemos pah, como é a vida do campo, por isso, aqui, quando há tendências de chover ou quando chove somos proibidos de pegar enxadas, alegam que se pegar `a enxada a chuva não vai cair” (participante 1, 37-46 anos, Mahubo 14).

“Quando morre alguém devem ficar 3 dias sem ir à machamba...” (participante 11, 28-36 anos, Tenga).

“ No final do ano devemos recolher canho, encher uma lata, depois furar fazer sumo ou bebida para ir entregar na casa do régulo” (participante 12, 55-64 anos, Tenga).

“Por exemplo, lá na Malanga, para cozinhar usávamos carvão, mas quando viemos viver aqui no Mahubo 14, tudo mudou drasticamente, porque houve desemprego também, para acender lume temos que ir cortar lenha no mato...” (participante15, 37-46anos, Tenga).

“No caso de falecimentos deve-se fazer contribuição de alimentos ou em dinheiro para ajudar a família que perdeu o seu ente-querido” (participante 12, 55-64 anos, Tenga).

4.4. Análise da (re) construção das identidades dos reassentados

No que se refere á reconstrução das identidades sociais dos reassentados, foi realizada uma análise dos comportamentos das populações nos locais de reassentamento. Na conversa com os participantes constatamos que se despontavam vários tipos de identidade tais como identidade imposta, aceitação da identidade social local e rejeição da identidade local.

4.4.1. Identidade social imposta

Na identidade social imposta encontramos os reassentados de Mahubo 14 e Tenga, que sentiam essa obrigatoriedade de cumprir e sem questionar as normas que la vigoravam, respeitando as instancias responsáveis e as normas impostas pela comunidade dos nativos. Apesar de não concordarem com tais práticas, os participantes sentiam-se obrigados a seguir as normas, os valores, os hábitos e costumes existentes no novo contexto social no qual encontravam-se inseridos. Eram cumpridos sem questionamento hábitos tais como: juntar canhu, uma quantidade correspondente a uma lata para fazer sumo ou bebida de canhu e levar a casa do regulo no final do ano, não ir a machamba apos falecimento de um morador destes locais, não pegar na enxada sempre que há indícios de chuva, não cortar ou podar canhueiro sem autorização do regulo ainda que este esteja no quintal ou nas, ruas e caminhos Como mostra o excerto a baixo:

“Temos que fazer tudo que é feito aqui, sem questionar porque é tradição e a tradição foi feita para ser cumprida...” (participante 12, 55-64, Tenga).

“Epah, é só cumprir, não tem nada de criticar, afinal tradição é tradição, foi criada para se cumprir, não questionar...” (participante 1, 37-46 anos, Mahubo 14).

Os dados sugerem que as populações reassentadas transportam para novos locais de habitação um repertorio de práticas, hábitos, costumes e crenças oriundos dos seus contextos de origem. Contudo, reconhecem que, nos locais de reassentamento, vigora um conjunto de normas, praticas, hábitos e costumes que regem a vida coletiva nesses espaços de habitação. Tais praticas persistem independentemente do seu cumprimento ou concordância por parte dos reassentados, configurando, assim processos de imposição identitária que tencionam a continuidade das referencias socioculturais anteriores. Este estudo converge com a ideia de Cernea (1997), que

mostra como o deslocamento introduzido pelo desenvolvimento geram riscos e demandam reconstrução social, contexto no qual emergem identidades impostas pelos novos arranjos institucionais e comunitários. Neste contexto, tendo como base a classificação da identidade social de Goffman (1988) estamos perante a uma "identidade social virtual" onde os reassentados actuam no seu quotidiano buscando estabelecer a validade da sua identidade virtual.

4.4.2. Aceitação da identidade social local

No tocante a aceitação da identidade social destacamos parte dos reassentados em Tenga e chamissava, que afirmaram que aceitaram as normas, valores e hábitos e costumes como forma de inserirem naqueles dois meios sociais porque estavam satisfeitos com as condições que lhes foi oferecido, alegando que nesses locais teriam encontrado condições minimamente melhoradas em comparação com Malanga. Os participantes contam como uma das principais razões para esse engajamento o facto de que nesses locais já tem casas próprios e quintais espaçosos por explorar enquanto na Malanga dividiam o quintal com várias famílias. Para esses participantes estar naquele lugar físico já faziam com que se sentissem parte daquela sociedade, tanto que faziam tudo o que era necessário para se sentirem integrados.

“Eu já me sinto pertencente a Tenga porque já estou a morar aqui há 5 anos, então já sou daqui...” (participante 16, 55-64 anos, Tenga).

“Eu e meu marido apanhamos canho, não temos problemas, somos muçulmanos, mas muçulmanos também bebem...” (participante 25, 37-46anos, chamissava,).

O estudo permitiu identificar que a aceitação das praticas, valores costumes e crenças locais por parte dos reassentados esta directamente associado á percepção de melhoria das condições de vida em relação ao seu local de origem, Malanga. Essa adesão pode ser compreendida como uma estratégia de integração social, na qual a satisfação com os benefícios materiais oferecidos facilita a incorporação da identidade social vigente no novo contexto. Tal dinâmica revela que a reconstrução identitária não ocorre apenas por imposição externa, mas também por processos voluntários de adaptação mediados por expectativas e percepções individuais. Os resultados deste estudo convergem com outros estudos tais como; Cernea(1997), quando destaca a importância da reconstrução de meios de vida e de capital social como um factor de aceitação de novos

contextos identitários. E, Scudder (1982) que aborda como as melhorias socioeconômicas favorecem a aceitação das novas condições de vida e integração cultural. Neste contexto, gera-se o que Goffman (1988) designou de identidade social real, mas, segundo os participantes isso não significa que os participantes abdicam da sua vida da Malanga.

4.4.3. Rejeição da identidade social local

No que concerne a rejeição da identidade social local constatou-se que tem participantes que não aceitam os hábitos dos locais onde foram reassentados, não cumprem com as normas que vigoram nos locais de reassentamento, porém, temem represálias. Quando perguntados sobre as práticas culturais, hábitos e costumes nos locais de reassentamento os participantes responderam que não faziam questão de aceitar e nem de replicar os hábitos que são praticados pois estas práticas em alguns casos chocam com suas crenças religiosas e em outros casos não representam nenhum valor moral para eles. Os participantes contam que não fazem a recolha do canhu, não participam em festas anuais, com o céu nublado eles cultivam a terra para que a chuva regue melhor a terra preparada diferente do que falam os nativos.

“Eu sou muçulmana e não vivo da tradição, essas coisas eu não posso fazer porque a minha religião não permite, não posso comprar vinhos ou cigarros para dar alguém porque eu estaria a pecar” (participante 30, 55-64 anos, chamissava).

“Para mim isso de apanhar canhu para dar régulo não tem significado nenhum por isso nem faço...” (participante2, 28-36 anos, Mahubo 14).

“...Eu não ando a apanhar canho, eu nem sei furar canho para fazer bebida, por isso eu não ando a apanhar, mas ninguém deve saber porque se isso chegar terei que pagar multa no próprio régulo...” (participante2, 28-36, Mahubo 14).

Em contra partida, encontramos os que avaliavam as práticas e procuravam apurar entre as práticas quais é que convêm praticar e com as entrevistas chegou-se a conclusão de que não adotavam nenhuma delas. Os participantes contam que não concordavam com a pratica de juntar canhu para fazer sumo ou bebida no final do ano para entregar na casa do regulo preferiam converter em valor que era pago no caso do incumprimento, tem participantes que de nada

aceitavam participar porque consideravam essas praticas um ritual e não condiz com as suas crenças religiosas então não faziam e nem temiam possíveis represálias. Como mostra o trecho abaixo:

“...Isso de apanhar canho não é normal, vale a pena isso de contribuir dinheiro quando morre alguém porque isso é uma ajuda...” (participante 30, 55-64 anos, Chamissava).

Outros, até afirmam que se pudessem escolher entre permanecer nos locais de reassentamento e voltar para Malanga preferiam voltar por motivos identitários, porque gostam do lugar e sentem-se deslocados nos locais de reassentamento.

“A Malanga está no meu coração, posso estar aqui, mas sempre penso na Malanga...” (participante 2, 28-36 anos, Mahubo 14).

“Eu não me sinto pertencendo a Tenga, eu sou da Malanga e a Malanga está dentro de mim, toda a minha vida eu vivi na Malanga” (participante 1, 37-46 anos, Mahubo 14).

“Se tivesse que escolher entre continuar no Tenga e voltar para Malanga eu preferiria voltar para Malanga, lá eu me sentia à vontade” ... (participante 15, 37-42anos, Tenga)

A análise dos dados revelou que a rejeição da identidade social local por parte dos reassentados revela tensões entre valores culturais e religiosos de origem e as normas vigentes nos novos espaços de reassentamento. Essa resistência demonstra que a reconstrução identitária não ocorre de forma homogênea ou automática, mas é permeada por conflitos simbólicos e morais que levam determinados indivíduos a não se submeterem às regras pré-existentes. Os resultados deste estudo convergem com a abordagem de Smith (2008) que na sua análise advoga que os reassentados frequentemente rejeitam estruturas sociais e valores que consideram incompatíveis com suas identidades de origem. Já Scudder e Colson (1982) mostram que a resistência é comum nas fases iniciais do reassentamento, especialmente quando as mudanças ameaçam valores fundamentais. Neste contexto é gerada a identidade pessoal segundo a classificação de (Goffman 1988).

4.5 “Somos chamados de “Xingondos do Maputo-sul”. Análise da identidade deteriorada

Este subcapítulo faz menção as situações de estereótipos vividas pelos reassentados nos seus locais específicos de reassentamento. A priori, os estereótipos eram destinados aos locais de reassentamento. Os locais de reassentamento são pelos nativos chamados de “Malanga 2”, um nome utilizado com vista a identificar o local onde os reassentados se encontravam com vista a criar diferença entre os nativos e os reassentados. Na óptica dos participantes este nome é usado de forma pejorativa e excludente para identificar os locais habitados pelos reassentados com o intuito de marcar diferença entre as zonas de reassentamentos e as demais zonas.

Os entrevistados afirmam que notam uma intenção da parte dos nativos em distingui-los dos demais como uma forma de revelar que eles são pertencentes a outros grupos sociais e não aos grupos sociais das novas zonas de habitação. Mas, que residem nas zonas de reassentamento que são tratadas como novas zonas dentro das maiores e que os ocupantes apesar de passar muito tempo a residir naquelas zonas não passam de vientes.

Os participantes contam também que sofrem constrangimentos quando solicitam paragem de chapas nas suas zonas, onde os outros já sabem que ali é onde moram os reassentados. As pessoas já murmurar a indicarem uns aos outros que a pessoa vai descer na Malanga 2, zona de reassentamento, com isso os reassentados preferiam solicitar a paragem antes ou depois da sua paragem verdadeira.

“Quando estou na chapa de Mahubo e digo paragem nas barracas, as pessoas já começam a murmurar esse aqui é da Malanga, esse aqui é da Malanga...” (participante 2, 28-36 anos, Mahubo 14).

As questões acima mencionadas pelos entrevistados criam nos reassentados uma crise de identidade social,¹ na medida em que estes sentem-se deslocados da Malanga sua zona de proveniência onde formaram um conceito deles mesmos a partir do seu sentimento de pertencimento a aquele lugar e também pela forma como os outros os percecionavam. Por sua vez, estando inserido em novos contextos sociais e valores, observou-se um esforço para

¹

Uma fase difícil atravessada por um grupo ou um indivíduo (Dubar, 2001; 9-10 e 170).

uniformizar praticas e valores, buscando transmitir aos nativos a percepcao de que os reassentados já estavam plenamente socializados em todos os sentidos. Os reassentados participavam de cerimoniais locais tais como a festa do canhu do final de ano, se vestiam de forma a não criar diferença com a habitual forma dos nativos se vestir, que é de roupas mais longas, enrolar a capulana na cintura e lenço na cabeça e acordar cedo para ir a machamba como uma forma de manter os meios de subsistência da mesma forma como vivem os nativos.

De modo distinto, os estereótipos eram destinados aos reassentados que eram tratados por Xingondos do Maputo-sul. Os entrevistados relatam que alguns nativos do bairro Chamissava em Ka-Tembe usam o termo Xingondo para se referir aos indivíduos reassentados naquela área, os entrevistados também contam que a maior parte dos indivíduos que lá foram reassentados são naturais das zonas centro e norte de Moçambique, mas, aquando do processo de remoção das populações, encontravam-se a residir em Maputo cidade, concretamente no Bairro da Malanga. Alguns entrevistados frisam que o termo xingondo remota de tempos que antecedem o reassentamento, já eram alvos deste estereótipo mesmo na Malanga por se tratar de indivíduos provenientes das zonas norte e centro do país, o que houve foi arrastamento deste estereótipo da Malanga para o bairro de Chamissava onde actualmente a população se encontra.

“Aqui temos nome, principalmente porque eu não sou de Maputo, tem aquele nome que costuma dizer que somos xingondos...” (participante 30, 55-64anos, chamissava).

“Costumam nos chamar de xingondo, isso me dói muito porque também somos pessoas assim como eles...” (participante 28, 55-64anos, chamissava).

“...outros dizem que somos xingondos do Maputo-sul...” (participante22, 38-36anos, chamissava).

Os dados sugerem que a identidade social dos reassentados é frequentemente marcada por estigmas atribuídos pelos grupos nativos. Inicialmente o estereotipo era destinado ao local e por outro lado, aos reassentados. Tal denominação expressa um processo de identidade deteriorada, no qual os reassentados são percebidos como um grupo social externo e desvinculado das redes simbólicas e culturais.

Na óptica de Goffman (1988) uma relação entre o estereótipo e estigma social que é a situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena e refere-se a um atributo profundamente depreciativo, ou seja, é a condição de não possuir atributos considerados importantes por um grupo social. O autor, Goffman (1988) advoga que a pessoa estigmatizada possui duas identidades: uma real e outra virtual. A identidade real é aquele conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter; a virtual é o conjunto de categorias e atributos socialmente construídos e espera-se que o indivíduo possa ter. Usam a identidade virtual na interação com os nativos, para melhor se relacionar e, desta forma, satisfazer as expectativas que nele são depositadas.

Com base na teoria de Goffman (1988), observa-se que os reassentados frequentemente carregam estigmas coletivos associados pobreza e a perda de território. Tais estigmas criam uma identidade social deteriorada, pois reduzem esses indivíduos a categorias depreciativas e os colocam em posição de inferioridade frente as comunidades nativas. Como resposta, muitos reassentados adoptaram estratégias de gerenciamentos da impressão, seja ocultando elementos culturais para evitar discriminação, seja reafirmando suas praticas tradicionais como forma de resistência simbólica.

4.6. Manipulação da identidade social dos reassentados nas zonas de reassentamento

Os participantes deste estudo tentam corrigir a sua condição de diferente, dedicando um grande esforço individual e colectivo ao domínio das praticas, hábitos, costumes e crenças dos nativos que se apresentam como novos para os reassentados. Todos os participantes contam que na interação com os nativos agem de modo a superar as expectativas das pessoas com as quais interagem, procuram agir de forma a se identificarem com os nativos, cumprindo com as normas, os valores, hábitos e costumes. Os participantes contam também que o memento em que fazem-se as ruas e aos locais públicos são os mais desafiadores, visto que a língua mais usada pelos nativos é o xichangana e os reassentados encontram dificuldade de se comunicar usando a mesma língua porque nem todos são fluentes nesse idioma, visto que na Malanga frequentemente se comunicavam na língua portuguesa. E em alguns locais de reassentamento tal como Katembe (chamissava) o changana é misturado com ronga oque vai influenciar na pronúncia e no significado de algumas palavras. O uso do xichangana é imprescindível nos locais de

reassentamento, facto que os reassentados viam-se obrigados a falar o xichangana de modo a manter uma comunicação tranquila com os nativos daquelas comunidades mesmo não sendo fluentes. Como mostram as citações abaixo:

Temos que falar changana para podermos nos comunicar melhor com os nativos, porque a maior parte deles fala changana.....” (participante2, 28-36 anos, Mahubo 14).

Eu sei falar changana mas o changana falado aqui em Chamissava è diferente existem palavras que se pronunciam por exemplo quando dizem “no ondza a matilho” (tradução literal:emagrecer os olhos) querem dizer que estão envergonhados...” (participante 25, 37-46anos, chamissava,).

“A maioria dos que nasceram aqui em Tenga, os régulos, todos falam changana e eu tenho que falar changana também para não dizerem que nós da Malanga gingamos. (participantes 1, 28-36anos, Mahubo 14).

Quando os reassentados fazem-se a rua sentem-se inseguros quando pensam na forma como os outros os identificarão ou os receberão. Os participantes também manipulavam sua identidade social nos transportes públicos locais, os chamados my loves, eles eram conotados como gingões da Malanga pela sua preferência por minibuses. Dessa forma, para evitar falácias tomavam os my love como forma de se identificar com os locais”:

“Aqui em Tenga se apanha aqueles carros de my love e nós temos medo, mas tem que subir também porque não há maneira, e també` `m quando nós paramos na paragem à espera daquelas chapinhas dizem que hahaha, esses aqui só pode ser da Malanga e daí começam a dizer muitas coisas e até nos olhar mal...” (participante 5, 28-36 anos, Mahubo 14).

Os my loves nos deixam muitos expostos a gripes, constipação e tosses eu em particular não gosto mas sou obrigado a subir porque é a moda daqui... (participante 30, 55-64anos, chamissava).

Nas festas anuais de celebração comunitária anual onde os participantes tinham que fazer a colecta do canhu para juntar ate atingir uma quantidade correspondente a um balde, como foi acima mencionado, contam que participam como se fosse um baile de integração para não serem tratados como ingratos visto que para os nativos a festa simboliza o agradecimento á Deus e aos

antepassados pela colheita do ano. Os participantes contam também que outro motivo que os leva a participar da festa é o facto de que depois da realização da festa as conversas na zona giram em torno da celebração e, então se sentiam obrigados a participar para terem tema de conversa com os demais.

Temos que ir as festas para nos verem la para não nos olharem como rebeldes ou ingratos... (participante 25, 37-46anos, chamissava,).

Por vezes só participamos para garantimos conversa no dia seguinte.....” (participante2, 28-36, Mahubo 14).

Os resultados do estudo mostram que na interação de uns com os outros existe a definição da situação que dita como a interagir e oque esperar do outro numa dada situação. Segundo Thomas (1923), na interação entre os indivíduos há definição da situação que é o processo a partir do qual se atribui um sentido ao contexto vivido. Por sua vez a definição da situação vai ditar como a interação vai cingir-se, com isso o individuo interessa-se com a impressão que vai causar nas pessoas com as quais interage. E, na óptica de Goffman (1988) a relação quotidiana em ambientes já estabelecidos propicia um relacionamento entre pessoas previstas e é separada a tal lugar, sem atenção ou reflexão particular umas com as outras. Assim, as pessoas normais preveem as categorias e os atributos de um estranho que se aproxima. Essas preconcepções, elaboradas pelos normais, são transformados em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso (Goffman, 1988). As populações reassentadas são colocadas num novo meio social onde algumas normas de convivência social são, também, novas, porém, há um conjunto de expectativas que pesam sobre o indivíduo, daí a necessidade da manipulação da sua própria identidade, despir os seus hábitos, valores e crenças para satisfazer as expectativas que os nativos dos bairros de reassentamento tem sobre eles. As populações reassentadas são colocadas num novo meio social onde algumas normas de convivência social são, também, novas, porém, há um conjunto de expectativas que pesam sobre o indivíduo, daí a necessidade da manipulação da sua própria identidade, despir os seus hábitos, valores e crenças para satisfazer as expectativas dos nativos dos bairros de reassentamento tem sobre eles

Os entrevistados contam que se viam obrigados a agir da forma como os nativos dos bairros onde se encontravam reassentados podiam esperar. Isso era feito desde o momento que iam

apanhar o transporte público, a língua falada, as roupas que vestiam até nas práticas culturais. No tocante aos transportes públicos dada a dificuldade e escassez de transporte público operam os famosos “my love” carrinhas de caixa aberta, quando os entrevistados, reassentados em Mahubo 14, se faziam as paragens e não apanhavam já viam o pesar dos olhares dos outros sobre eles e alguns até comentavam “esses da Malanga gingam muito” e que em algumas situações viam-se obrigados a apanhar esse transporte mesmo contra vontade deles. Contam os participantes que quando se faziam as ruas as mulheres sentiam-se obrigadas a amarrar a capulana ou pôr uma roupa mais decente para não escandalizar e serem mal vistas porque as nativas trajavam sempre as capulanas enquanto na Malanga o cumprimento da roupa não importava bastava a pessoa sentir-se confortável com os trajes e conforme a estação do ano. As crenças nos novos contextos sociais chocavam com as anteriores crenças tradicionais dos entrevistados, noutros casos chocava com a religião, uma prática que era comum nos três locais de estudo, era ritual de apanhar canhu preparar um sumo e depois levar ao régulo como uma oferenda. Esta prática não era aceite por todos tanto que alguns acabavam praticando ou recolhendo o canhu para a casa do régulo para não sofrer represálias, outros respeitavam a tradição mesmo não concordando e haviam os que não se importavam e simplesmente não participavam nos rituais. Conforme demonstramos, determinados relatos apontam um processo de nostalgia, onde o local anterior é visto como melhor que o atual, uma situação de bloqueio ao novo e ao diferente

Considerações finais

O presente estudo teve como propósito analisar os processos de reconstrução da identidade social das populações reassentadas na cidade e província de Maputo. O grupo alvo residia anteriormente no bairro da Malanga, na cidade de Maputo, um espaço urbano cujas características socioculturais contrastam significativamente com os contextos dos distritos de Boane, Moamba e Ka-Tembe, locais para onde foram reassentados. Essa mudança territorial implicou desafios relacionados a adaptação a novas normas, valores, hábitos e um esforço contínuo de ressignificação de suas práticas e referências identitárias.

Os resultados obtidos permitem confirmar a hipótese formulada no início da pesquisa, segundo a qual as populações reassentadas adaptam estratégias envolvem tanto o cumprimento das regras e padrões de conduta impostos nesses novos espaços, como forma de atender as expectativas dos nativos, quanto a preservação de elementos simbólicos e culturais oriundos do seu espaço de origem garantindo, assim, a continuidade de sua identidade. Assim, conclui-se que a reconstrução identitária resulta de um processo dinâmico, em que a adaptação às exigências externas e a continuidade de referências próprias coexistem e se articulam, permitindo a integração social sem perda das suas marcas identitárias.

A construção da identidade social das populações reassentadas esta directamente relacionadas a tentativa de manter relações harmoniosas com os nativos das zonas de reassentamento, de modo a evitar conflitos e garantir uma convivência pacífica. Contudo, os resultados evidenciam que esses processo é marcado por dificuldades, uma vez que os reassentados carregam marcas identitárias distintas das comunidade anfitriãs, o que gera tensões e desafios na interação social.

Ao serem deslocadas dos seus territórios de origem essas populações frequentemente passam a ser associadas a estigmas, como o de desenraizados ou dependentes, resultando em uma identidade social virtual negativa (Goffman,1988). No entanto, os dados demonstram que, em resposta a essa estigmatização, os reassentados recorrem a estratégias simbólicas de resistência, como o uso de vestuário tradicional, a preservação da língua local e a realização de rituais comunitários. Tais práticas funcionam como mecanismo de reafirmação cultural e de reconstrução de uma identidade social positiva, permitindo que mantenham um senso de

pertencimento e valorização coletiva, mesmo das adversidades impostas pelo deslocamento forçado.

De outro modo, no cotidiano, adaptam comportamentos e atitudes alinhados aos padrões vigentes nos locais de reassentamento, buscando reconhecimento e aceitação pelo grupo social com o qual interagem. Ao incorporarem as expectativas que sobre eles recaem, demonstram sua capacidade de adaptação às normas e formas de convivência do espaço social, sem abrir mão de elementos centrais de sua identidade de origem. Para o feito, os reassentados adotam mecanismos de manipulação e gestão da sua identidade, subordinando-se a identidade social virtual e mantendo a identidade social real engavetada para melhorar a interação com os nativos das zonas de reassentamento e minimizar a estigmatização. Eles usam a identidade social virtual para conseguir a aprovação dos membros deste grupo social. Assim, apesar de os reassentados carregarem identidade social dos locais onde viveram a maior parte das suas vidas, eles agem em função da satisfação das expectativas que neles foram depositadas, em função das regras de decoro nos locais de reassentamento.

Referências Bibliográficas

Andrade, Maria Eduarda de e Sousa. (2006). *A exploração Mineira e o Reassentamento forçado em Moçambique: Uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento*.

Andrade, Maria Eduarda de e Sousa. (2016). *A exploração mineira e reassentamento forçados em Moçambique: Uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento*, Brasília.

Boletim da Republica, publicação oficial da republica de Moçambique: ordenamento territorial. 2008. No. 26,serie I de 1 de julho de 2008

Brito, Luís De.(2012). *Pequeno Guia de Inquérito por Questionário*. IESE. Maputo.

Berger, P., Luckmann, T. (2009). *A Construção Social da Realidade*. 30ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes.

Burke, P. J., Stets, J. E. *Identity theory*. (2009). Oxford University Press, New York.

Cuche, Denys. (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC. p. 177.
3 Brandão, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 10 e 35.

Decreto no.312012 do Boletim da Republica, publicação oficial da republica de Moçambique: ordenamento territorial.2012.no.32,serie I de 8 de Agosto de 2012.

Dubar, Claude. (2005). *A socialização, construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.

Fontanella, Bruno José Barcellos, Ricas Janete, Turato, Egberto Ribeiro. (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24 (1): pp. 17-27, Jan.

Gil, António Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

Gilmar et all. (2013). *As transformações sócio-culturais acarretadas pelo Reassentamento de famílias atingidas pelas barragens de Irapê no Vale de Jequitinhonha*. Minas Gerais: caminhos da geografia-revista on line.

Goffman, Erving. (1975). *A representação do eu na vida cotidiana*. 6ª Edição. São Paulo: Zahar Editores.

Giddens, Antony. (2003). *A constituição da sociedade*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo.

Junior, Jorge pagliarinari. (2009) *Reconstruindo territórios: O processo de inserção dos moradores do Reassentamento de São Francisco de Assis nas cidades de Corbélia e Cascavel*. Paraná.

Lilywhite et all. (2015). *Mineração, Reassentamento e meios de vida perdidos ouvindo vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi, Moçambique*. Maputo: Oxfam.

Lakatos, Eva Maria, Marconi, Mariana de Andrade. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª Edição, Editora atlas, São Paulo...

Marconi, Maria de Andrade e Lakatos, Eva Maria. (2002). *Técnicas de pesquisa*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas Editores.

Noce, Luís Gustavo della. (2008). *O reassentamento como promotor de capital social em políticas públicas urbanas: uma análise da acção estatal em três estudos de caso*. S/ed. São Paulo.

Minayo, M.C de S. (2010) *O desafio do conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo.

Minayo, M.C.O (org). (2001) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. S/ed. Vozes editora. Rio de Janeiro.

Pedro, Joana de Jesus Colaço. (2011) *Reassentamentos Forçados: dos impactos às oportunidades*-instituto Universitário de Lisboa- dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em desenvolvimento, Diversidades locais e desafios mundiais.

Quivy, R., Compenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa:Gradiva.

Schutz, A. (1979). *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro. Zahar Editoras.

Thiry-Cherques, H R. (2009). *Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento*. *Revista Brasileira de Pesquisas em Marketing (PMKT)*, 9 (1), pp. 20-27.

Thiry-Cherques, H R. (2009). *Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento*. *Revista Brasileira de Pesquisas em Marketing (PMKT)*, 9 (1), pp. 20-27.

Williams, Raymond. (1989). *O campo e a cidade na história e na literatura* trad. Por Paulo Henrique de Brito. São Paulo: Cia letras..

Anexos

Guião da entrevista para os Reassentados

Bom dia/tarde, meu nome é Arcélia Carlos Ngomane, estudante de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane, e estou, neste momento, a realizar o meu trabalho de conclusão de curso, que versa sobre a “Reconstrução da Identidade Social das Populações Reassentadas na Província e Cidade de Maputo” e este foi o bairro escalado para aplicar o questionário. Gostaria de lhe fazer algumas questões breves, sendo que todas as respostas serão confidenciais e serão tratadas como um todo, para além de que serão usadas exclusivamente para fins académicos. Para tal, será necessária a sua identidade, que não será revelada a ninguém.

Data da entrevista __/__/__

a) Província_____

b) Distrito_____

c) Bairro_____

d) Número da entrevista_____

e) Hora de início da entrevista_____

f) Hora do fim da entrevista _____

1. Dados sociodemográficos:

1.1. Sexo _____

1.2. Idade _____

1.3. Estado civil _____

1.4. Número de filhos_____

1.5. Escolaridade _____

1.6. Religião

1.7. Trabalha? Que tipo de profissão? Qual é o salário mensal?

1.8. Antigo local de Residência? Quanto tempo viveu na antiga residência?

1.9. Actual Residência

1.10. Há quanto tempo vive na actual residência?

1.11. Qual é o tipo de casa em que vive? Que tipo de cobertura apresenta?

1.12. Tem acesso à água potável e energia eléctrica?

1.13. A que meio de transporte tem acesso? Público ou pessoal? Se for publico, é de fácil ou difícil acesso?

2. Identificar as estratégias de representação ou manipulação identitária das populações reassentadas:

2.1. Como foi a experiência de ter sido tirado(a) da zona onde vivia?

2.2. Como se sentiu quando recebeu a notícia de que seria tirada da sua zona para uma nova zona?

2.3. Quanto tempo levou para se mudar para o novo espaço?

2.4. Como é que foi o processo da mudança?

2.5. Como é que chegaram à nova zona? Teve algum acompanhamento dos responsáveis pelo reassentamento?

2.6. Como era o dia-a-dia na nova zona nos primeiros dias?

2.7. O que perderam com a sua retirada da sua zona para uma nova zona?

2.8. Deixou de usar as suas normas, práticas, hábitos e costumes?

2.9. Estão a usar algumas normas, valores, hábitos ou crenças locais?

2.10. Qual é a sua opinião sobre essas normas, valores, hábitos e crenças locais?

2.11. Qual é a língua que usa fluentemente para comunicar-se com os nativos? Qual é a que usava antes?

3. Descrever as práticas comuns que permitem a reconstrução de uma identidade social das populações reassentadas e como reconciliam os seus valores e costumes nos bairros de Tenga, Massaka e Ka-Tembe.

- 3.1. Como tem sido o convívio com homens e mulheres residentes nativos deste Bairro?
- 3.2. Que práticas desenvolviam na antiga zona de habitação que com a mudança teve que deixar?
- 3.3. Porque deixou essas práticas? Se não deixou nenhuma pratica, porquê?
- 3.4. Tiveram que deixar de usar as vossas normas, hábitos e valores?
- 3.5. Que normas, hábitos e valores tiveram que deixar?
- 3.6. Que crenças, hábitos, costumes tiveram que adoptar para melhorar a interacção com os outros?
- 3.7. Existem práticas que são difíceis? Quais são? Porquê?

4. Analisar a identidade social das populações reassentadas nos Bairros de Tenga, Massaka, Ka-Tembe.

- 4.1. Qual é o significado que atribui à terra onde vivia anteriormente?
- 4.2. Ainda mantêm alguma ligação com a terra onde viviam? Que tipo de ligação? Com quem mantêm? Por quê?
- 4.3. Quais as ligações que tem pela nova zona?
- 4.4. Tomando em consideração o tempo em que já estão a morar nesse bairro, como é que se sentem com relação aos outros? Quais são os pontos negativos e positivos da relação? Já se sente parte da terra? Como se identifica com os outros?
- 4.5. Como você classifica outras pessoas nativas daqui? Como as pessoas lhe costumam classificar ou chamar? Como você se sente quando lhe chamam dessa forma?
- 4.6. Já se sentem pertencentes a esse grupo social? Sim ou não? Justifique?
- 4.7. O que é que tem feito para manter relações de boa convivência sem ferir as práticas dos nativos desse bairro?
- 4.8. Em que tipos de cerimónias locais participa e não participa? Por quê?
- 4.9. O que é que se aconselha localmente para não fazer? O que vocês acham disso? O que vocês fazem?
- 4.10. O que fazem para evitar que não sejam vistos a fazer o que é proibido? O que é proibido?
- 4.11. Se tivesse que escolher entre voltar para a residência antiga e continuar aqui, o que escolheria? Por quê?

- 4.12. Tem alguma pergunta ou comentário sobre algo que não foi abordado nesta entrevista, mas gostaria de partilhar?

Guião para líderes comunitários

1. Sexo _____
 2. Idade _____
 3. Estado civil _____
 4. Escolaridade _____
 5. Religiao _____
 6. Profissão _____
-
7. Quais são os costumes desta comunidade?
 8. Como foi lidar com o reassentamento populacional?
 9. Como recebeu a informação de que tinha que se mudar da sua zona para uma nova zona?
 10. Como foi liderar o processo de reassentamento na tua zona?
 12. Como foi a transmissão da informação que dava conta de que a população devia mudar-se?
 13. Qual foi a reacção da população quando recebeu essa informação? Foi boa ou má?
 14. A população ofereceu resistência? Se sim, o que alegava?
 15. O que foi necessário fazer para sensibilizar a população?
 16. Qual é a sua opinião sobre a ocupação de espaços por pessoas que vieram da Malanga, cidade de Maputo?
 14. Na sua opinião, acha que os costumes desta comunidade mudaram com a chegada dessas pessoas? O que mudou? O que acha dessa mudança?
 15. Tem alguma pergunta ou comentário sobre algo que não foi abordado nesta entrevista mas gostaria de partilhar?

Guião para os responsáveis do reassentamento

1. Sexo _____
2. Idade _____
3. Estado civil _____
4. Profissão _____
5. Como foi ou tem sido processo de retirada das populações da sua terra para novos espaços?
6. Como são definidas as políticas do reassentamento? Essas políticas preveem as questões identitárias das populações?
7. As políticas de reassentamento preveem as questões das identidades sociais das populações retiradas?
8. Como são definidos os novos espaços para os quais as populações são realocadas?
9. A retirada e realocação da população obedecem a algum critério de ordem sociocultural no que concerne às características sociais do local de onde a população foi retirada ao local aonde foi levada?
10. Tem feito algo com vista a minimizar os efeitos negativos na identidade social das populações reassentadas? Se sim, o que tem sido feito?
11. Na sua opinião, acha que o reassentamento das populações actualmente cumpre com todas as recomendações da Lei?
12. Qual é a sua opinião sobre as pessoas reassentadas: Massaka, Tenga e Ka-Tembe em termos de qualidade de vida?
13. Tem alguma pergunta ou comentário sobre algo que não foi abordado nessa entrevista mas gostaria de partilhar?